

INSTITUTO  
SUPERIOR  
DE CONTABILIDADE  
E ADMINISTRAÇÃO  
DO PORTO  
POLITÉCNICO  
DO PORTO

M

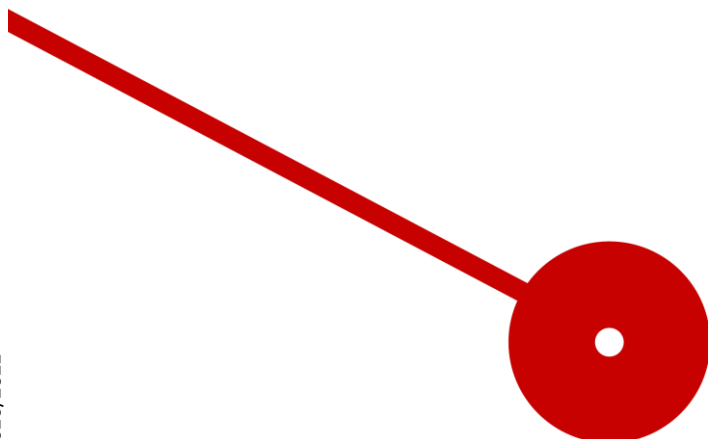
MESTRADO  
Contabilidade e Finanças

P.PORTO

**A Responsabilidade Social como forma  
de criação de valor nas organizações do  
PSI-20 da Euronext Lisboa**

Daniela Botelho Cardoso Ramos dos  
Santos

2020/2021



INSTITUTO  
SUPERIOR  
DE CONTABILIDADE  
E ADMINISTRAÇÃO  
DO PORTO  
POLITÉCNICO  
DO PORTO

P.PORTO

M

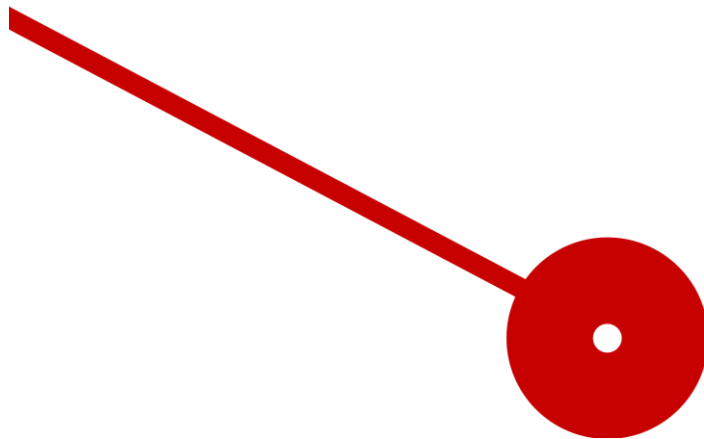
MESTRADO

Contabilidade e Finanças

Daniela Botelho Cardoso Ramos dos Santos

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto  
Superior de Contabilidade e Administração do Porto  
para a obtenção do grau de mestre em  
Contabilidade e Finanças sob a orientação da  
Professora Doutora Ana Maria Alves Bandeira

2020/20201



## **Agradecimentos**

A elaboração desta dissertação, não teria sido possível sem o apoio e amor incondicional dos meus pais. A eles agradeço por serem os meus maiores exemplos. Devo-lhes um obrigado pela pessoa que me tornei hoje, pelos valores que me transmitiram e pela força que me deram ao longo de todo o meu percurso.

Ao meu irmão, por todo o incentivo e por ser uma referência de coragem e determinação. Por estar ao meu lado e ter sempre uma palavra amiga.

Aos meus amigos, pela paciência, motivação e por todos os momentos. Um especial agradecimento à minha prima Rita, por me amparar em todas as circunstâncias e me apoiar em todas as fases da minha vida.

À minha avó, o meu anjo da guarda, que mesmo não estando presente, me apoiou e me incentivou sempre a ser uma pessoa melhor.

Não podia deixar de agradecer à minha Orientadora, Professora Doutora Ana Maria Alves Bandeira, pelo apoio, pelas sugestões e pela disponibilidade que sempre demonstrou ao longo da realização deste trabalho.

Os meus maiores agradecimentos.

## Resumo

A promoção e implementação da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) deve ser vista como forma de as organizações criarem uma vantagem competitiva, uma vez que os seus *stakeholders* estão cada vez mais preocupados e sensibilizados com os problemas ambientais e sociais. Assim, o relato da sustentabilidade de forma voluntária é, não só um meio de divulgação dos impactos positivos e negativos que as organizações têm na sociedade, como também um elemento-chave na sua transparência.

Esta investigação tem como objetivo analisar a relação entre as variáveis de desempenho da RSE e o desempenho económico das organizações cotadas no *PSI-20* da *Euronext* Lisboa de forma a entender se a adoção de medidas de RSE, bem como a sua divulgação, podem criar valor e benefícios para elas mesmas. Para o efeito, com base numa metodologia de investigação qualitativa e quantitativa, procedeu-se à leitura dos Relatórios de Sustentabilidade e dos Relatórios e Contas, publicados pelas empresas no período de 2017 a 2019, de forma a determinar as percentagens de resposta aos indicadores de desempenho ambiental e social. De seguida, com o objetivo de avaliar a relação entre a responsabilidade social e a *performance* económico-financeira, analisaram-se as demonstrações financeiras tendo em conta os seguintes indicadores económico-financeiros: ROA, Rácio de Rentabilidade das Vendas, ROE e o Rácio de Endividamento.

Os resultados obtidos demonstram que existe um aumento de divulgação da informação de cariz ambiental e social ao longo dos três anos e, por isso, está claro que a RSE só pode ser justificável desde que agregue valor empresarial. Contudo, os resultados sobre a análise entre o desempenho da RSE e o desempenho económico-financeiro não foram conclusivos e evidentes.

**Palavras chave:** Responsabilidade Social Empresarial, Valor, Desempenho económico-financeiro.

## Abstract

Promoting and implementing Corporate Social Responsibility (CSR) should be seen as a way for organizations to create a competitive advantage since its *stakeholders* are increasingly concerned and aware of environmental and social issues. Thus, reporting sustainability on a voluntary basis is not only a means of disclosing the positive and negative impacts that organizations have on society, but also a key element in their transparency.

This research aims to analyze the relationship between CSR *performance* variables and the economic *performance* of organizations listed in the PSI-20 of Euronext Lisbon in order to understand whether the adoption of CSR measures, as well as their disclosure, can create value and benefits for them. To this end, based on a qualitative and quantitative research methodology, we read the Sustainability Reports and the Annual Reports and Accounts, published by the companies in the period from 2017 to 2019, in order to determine the percentages of response to environmental and social *performance* indicators. Then, in order to assess the relationship between social responsibility and economic and financial *performance*, the financial statements were analyzed taking into account the following economic and financial indicators: ROA, Return on Sales Ratio, ROE and Debt Ratio.

The results obtained show that there is an increase in the disclosure of environmental and social information over the three years and, therefore, it is clear that CSR can only be justified as long as it adds business value. However, the results on the analysis between CSR *performance* and economic-financial *performance* were not conclusive and evident.

**Keywords:** Corporate Social Responsibility, Value, Economic-Financial Performance

## **Lista de Siglas**

*AA- Accountability Assurance*

BCP- Banco Comercial Português

*GRI – Global Reporting Initiative*

*Board GSSB- Global Sustainability Standards Board*

*ISSO- International Organization for a Standardization*

NFRD- Diretiva de Relato Não Financeiro

REN- Redes Energéticas Nacionais

RS – Responsabilidade Social

RSE – Responsabilidade Social Empresarial

## ÍNDICE

|                                                                                      |      |
|--------------------------------------------------------------------------------------|------|
| Índice de Figuras .....                                                              | viii |
| Índice de Gráficos.....                                                              | viii |
| Índice de Tabelas .....                                                              | viii |
| Introdução .....                                                                     | 1    |
| Capítulo I – Revisão da Literatura.....                                              | 4    |
| 1. Responsabilidade Social Empresarial .....                                         | 5    |
| 1.1 Breve resenha evolução histórica e conceito .....                                | 5    |
| 1.2 Dimensão Interna da RSE.....                                                     | 11   |
| 1.3 Dimensão Externa da RSE.....                                                     | 12   |
| 1.4 Estratégia Empresarial para a criação de valor .....                             | 14   |
| 1.4.1 Responsabilidade Social como forma de criação de valor para as empresas.....   | 14   |
| 1.4.2 Fatores que influenciam as empresas a investir em RS e as suas vantagens ..... | 15   |
| 1.5 Relatórios de Sustentabilidade e as Principais normas de RSE .....               | 17   |
| 1.6 Indicadores de desempenho ( <i>triple bottom line</i> ).....                     | 24   |
| 1.6.1 Dimensão Económica.....                                                        | 24   |
| 1.6.2 Dimensão Social.....                                                           | 25   |
| 1.6.3 Ambiental .....                                                                | 26   |
| CAPÍTULO II – Estudo Empírico.....                                                   | 27   |
| 2. Metodologia.....                                                                  | 28   |
| 2.1. Objetivos e questões de Investigação .....                                      | 28   |

|                                                                                                       |      |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|
| 2.2 Metodologia de Investigação .....                                                                 | 29   |
| 2.3 Caracterização da amostra .....                                                                   | 29   |
| 2.4 Definição das variáveis de desempenho .....                                                       | 30   |
| 2.4.1 Ambiental e Social .....                                                                        | 31   |
| 2.4.2 Desempenho Económico-financeiro .....                                                           | 31   |
| 2.5 Recolha dos Dados.....                                                                            | 32   |
| 2.6 Análise e discussão dos resultados .....                                                          | 34   |
| 2.6.1 Desempenho Ambiental e Social .....                                                             | 35   |
| 2.6.2 Desempenho Económico-financeiro .....                                                           | 39   |
| Conclusão .....                                                                                       | 44   |
| Referências Bibliográficas.....                                                                       | 49   |
| APÊNDICES .....                                                                                       | ix   |
| APÊNDICE I- Empresas em estudo conforme a GRI .....                                                   | x    |
| APÊNDICE II- Evolução do número de aspetos e indicadores das dimensões de<br>desempenho das GRI ..... | xii  |
| APÊNDICE III- Categorias, aspetos e indicadores essenciais da GRI.....                                | xiii |



## **Índice de Figuras**

|                                                                              |   |
|------------------------------------------------------------------------------|---|
| Figura 1- Pirâmide de RSE segundo o modelo de Carroll, Carroll (1991). ..... | 9 |
|------------------------------------------------------------------------------|---|

## **Índice de Gráficos**

|                                                                     |    |
|---------------------------------------------------------------------|----|
| Gráfico 1- Evolução da divulgação dos Indicadores Ambientais.....   | 35 |
| Gráfico 2- Evolução da divulgação dos Indicadores Sociais .....     | 37 |
| Gráfico 3- Evolução do número total de indicadores divulgados ..... | 38 |
| Gráfico 4- Evolução da divulgação dos indicadores económicos .....  | 39 |

## **Índice de Tabelas**

|                                                                                                |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1- Correlações entre os indicadores de RSE e os indicadores económico financeiros ..... | 42 |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|----|



O crescente foco para a inclusão da RSE na estratégia das empresas fez com que estas dediquem nos seus relatórios anuais uma secção para as atividades de RSE, de forma a também se adaptarem às necessidades do mercado.

Este é um tema importante no contexto atual, na medida em que as organizações procuram continuamente desenvolver ações ambientais e sociais, de forma a criar uma vantagem competitiva e criar lucro. A RSE e o desempenho económico-financeiros estão muitas vezes associados de forma positiva à melhoria da reputação das empresas, sendo esta um ativo intangível difícil de imitar, não se baseia só por uma única ação de RSE, mas sim por um programa estratégico, que muitas vezes é baseado nos valores e na missão da empresa.

Para além disto, a RSE tem uma influência positiva na atração e manutenção do capital humano qualificado, promovendo simultaneamente a motivação dos mesmos e o aumento da sua produtividade, na atração dos seus *stakeholders*, na redução dos custos operacionais, na promoção do lucro financeiro a longo prazo, ajuda na garantia da *performance* económica e financeira dos acionistas e dos investidores através da valorização, entre outros.

Podemos então afirmar que a principal responsabilidade das organizações, não é só a obtenção de lucro financeiro, a Responsabilidade Social também é uma outra preocupação a de ter em consideração, para corresponderem às expectativas dos seus *stakeholders*, os princípios éticos ambientais e sociais e para contribuírem para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Por isso, hoje, a Responsabilidade Social Empresarial é entendida como um investimento que aumenta o valor da empresa, conduzindo ao desenvolvimento de relações positivas com a sociedade em que está inserida e com os seus *stakeholders*, fortalecendo assim a sua vantagem competitiva.

Deste modo, o objetivo principal deste trabalho, é analisar a relação entre a publicação dos relatórios não financeiros (Relatórios de Sustentabilidade e Relatórios e Contas), com o desempenho económico-financeiro (Demonstrações Financeiras) das empresas cotadas no *PSI-20* da *Euronext* Lisboa. Ou seja, o principal objetivo é compreender se a divulgação de RSE através dos seus indicadores ambientais e sociais, tem influência nos resultados económico-financeiros, através de alguns indicadores contabilísticos como ROA, Rácio de Rentabilidade das Vendas, ROE e Rácio de Endividamento.

A presente investigação desenvolve-se em dois capítulos. O primeiro capítulo refere-se ao enquadramento dos temas que servem como suporte a esta investigação. O conceito de RSE, a sua dimensão externa e interna, a RSE como forma de criação de valor nas organizações, os relatórios de sustentabilidade e as suas principais normas, quais os fatores que levam as empresas a investirem em ações de RS e quais as suas vantagens, e por último, os três indicadores de desempenho (*triple bottom line*), económico, ambiental e social.

O segundo capítulo será elaborado um estudo qualitativo às empresas cotadas no *PSI-20 da Euronext Lisboa*. Neste capítulo pretende-se dar a conhecer quais os objetivos a concretizar com a investigação, qual a metodologia e a amostra utilizada, assim como os resultados encontrados. Assim, a partir das diretrizes da *Global Reporting Initiative (GRI)*, que se tornaram o padrão mais adotados pelas organizações em todo mundo, para reportar o desempenho económico ambiental e social, procurou-se aferir qual o grau de informação divulgada nos anos analisados. De seguida, analisaram-se os rácios económico financeiros e correlacionaram-se as duas variáveis, de maneira a entender se estas têm ou não impacto uma na outra de forma a criarem valor.

Por fim, apresentam-se as principais conclusões, bem como as limitações deste estudo e as pistas para investigação futura.

As empresas estão cada vez mais empenhadas e conscientes que necessitam de ter um comportamento socialmente responsável no meio onde se inserem, por isso, apostam na RSE como um meio de criar benefícios, uma vez que a informação não financeira pode gerar benefícios económicos e não só.

## Capítulo I – Revisão da Literatura

---

A RSE é medida em relação ao compromisso das organizações com o meio ambiente e com a sociedade em que está inserida, levando ao seu desenvolvimento económico. Desta forma, as organizações devem implementar estratégias de RS e relacioná-las com todos os *stakeholders*. Este capítulo consiste num enquadramento teórico, onde serão abordados vários temas que estão relacionados com a RSE, como a evolução histórica e o conceito do mesmo, a dimensão interna e externa, a estratégia empresarial da RSE para a criação de valor nas empresas, os fatores que influenciam as empresas a investirem em RSE, os relatórios de sustentabilidade e as principais normas de RSE e por fim, os indicadores de desempenho social, económico e ambiental.

## **1. Responsabilidade Social Empresarial**

Devido ao avanço da globalização, uma vez que os mercados estão cada vez mais exigentes bem como os consumidores, é extremamente importante salientar a prática da Responsabilidade Social (RS), sendo que o principal objetivo da organização não é só maximizar o lucro e garantir o retorno aos sócios e acionistas, mas também a necessidade de preocupação com o ambiente social em que a organização se encontra, pois está inserida em um ambiente no qual mantém transações. Para Farrington, Curran, Gori, Gorman e Queenan (2017) a RSE é um compromisso de toda a organização para melhorar as condições sociais e ambientais nas quais o negócio depende para se sustentar, motivado não só por lucro financeiro ou pelas obrigações legais, mas também pelos benefícios agregados, como a criação de valor e de vantagem competitiva.

### **1.1 Breve resenha evolução histórica e conceito**

As organizações são parte integrante da sociedade e, por isso, ao assumirem a Responsabilidade Social como uma parte da organização, envolvem uma dimensão de responsabilidade para todas as partes da cadeia produtiva da empresa, clientes, funcionários, fornecedores, comunidade, acionistas, ambiente e sociedade como um todo.

As organizações são grandes centros de poder económico e político, interferindo diretamente na dinâmica social, desta forma, encontram-se diversas orientações que dizem respeito à contextualização histórica do conceito de Responsabilidade Social no meio académico e empresarial.

Segundo Fatami, Fooladi e Theranian (2015), o tema de Responsabilidade Social, surge no período de transição da economia agrícola para a industrial, onde a interferência do Estado era considerada desfavorável ao desenvolvimento económico. Ao Estado cabia a função da proteção da concorrência, da propriedade privada e a promoção das ações, apenas as de carácter social. Já às empresas apenas cabia a função social do pagamento de impostos, a geração de emprego e a maximização do lucro.

A revolução industrial trouxe expansão económica, mas ao mesmo tempo, surgiram muitos problemas sociais e ambientais, como a poluição acelerada, a remuneração de trabalhos a níveis de subsistência, desigualdade social e a exploração do trabalho infantil. Entretanto, apesar de toda a degradação causada, a maioria da população vivia em estado de pobreza, o que levou alguns pensadores e a comunidade a repensar esse modelo de sociedade. Considerava-se assim, que já nos séculos XVIII e XIX era possível encontrar ações coletivas que envolviam o estado e o empresariado e que visavam sobretudo reduzir situações de pobreza (Costa, Santos, Seabra, & Jorge, 2011).

Vários investigadores acreditam que as verdadeiras preocupações com o bem-estar da sociedade ocorreram apenas nas décadas de 50 e 60 do século XX, quando se começaram a defender as lutas pelos direitos civis, pelo feminismo, pela cidadania, e em consequência o surgimento de associações de proteção dos consumidores, construindo assim, o conceito de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), como o conjunto de obrigações que as organizações deveriam colocar ao serviço da comunidade (Freeman, 1984).

Em 1953, a publicação do livro *Social Responsibilities of the Businessman*, escrito por Howard Bowen, onde a questão central era discutir a responsabilidade do homem de negócio para com a sociedade além das suas obrigações laborais, confere à RSE um enquadramento científico. Para Bowen (1953) a RSE é descrita como uma obrigação social, ou seja, a obrigação que as organizações, como centros de poder e decisão por excelência, têm de seguir uma política de gestão conciliável com os objetivos e valores da sociedade. A partir daí o conceito começou a expandir-se e na década de 70 surgiram inúmeros investigadores dedicados ao estudo da RSE com o objetivo de formularem o verdadeiro conceito sobre o tema.

Na década de 70, do século XX, era visível a noção já existente sobre a importância que a RSE tinha nas empresas, e com o crescimento económico e industrial nas décadas de 80 e

90, as organizações foram aconselhadas a desenvolverem projetos com uma forte componente social, estando o seu incentivo e vigilância a cargo de várias organizações, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a União Europeia (UE) (Monteiro, 2017).

Assim, na década de 90 do século XX, as grandes empresas passaram a divulgar os seus relatórios ou os balanços sociais anuais e, desta forma, começaram a ganhar destaque e vantagens competitivas relativamente às suas concorrentes. Os consumidores valorizam empresas verdes e, por isso, as organizações passaram a descrever as suas ações relativamente à comunidade, ao ambiente e a todos os seus colaboradores, diretos ou indiretos.

O conceito de RSE suscita uma série de interpretações e, por isso, é um conceito que é complexo e dinâmico. Muitos autores defendem a ideia de responsabilidade ou obrigação legal, enquanto outros defendem que a RS é um dever que impõe às empresas padrões mais altos de comportamento que os do cidadão.

A RSE representa o verdadeiro compromisso que as organizações têm com a sociedade, para além dos seus principais deveres como a geração de emprego e de lucro, as organizações também têm a obrigação de conciliar os seus objetivos com os da sociedade, promovendo um desenvolvimento sustentável, preservando os recursos ambientais, promovendo a redução da desigualdade social, implementar ações que ajudem os colaboradores a conciliar a vida pessoal com a profissional, entre outras (Costa, Santos, Seabra, & Jorge, 2011). Ou seja, devem ser vistas não só como entidades económicas, mas também devem ganhar uma dimensão social.

Friedman (Monteiro, 2017) acredita que o principal objetivo de uma organização é somente gerar lucros para os seus acionistas, dentro das regras e normativos legais. O autor defende que apostar em ações de Responsabilidade Social trará mais desvantagens do que vantagens para a organização, isto porque para ele o bem não pode ser exercido para gerar dinheiro, e as preocupações sociais devem apenas ser exercidas pelo Estado e pelos cidadãos.

Então, a única preocupação que as organizações deveriam ter segundo este autor é aumentar os seus lucros, sem cometer fraude ou engano, e qualquer outra ação que inclua a responsabilização das empresas pelos custos do desemprego, da discriminação, ou da poluição, entre outros, constituiria um claro desvio dos recursos da empresa e, portanto, é eticamente reprovável.



Segundo Theodore Levitt (1958) o conceito de RSE deve se adotado pelos gestores, não para a promoção da saúde das empresas que gerem ou para o bem-estar da sociedade, mas para a satisfação de interesses próprios. As organizações segundo este investigador, usam a RSE como uma estratégia dissimulada para aumentar os seus proveitos económicos, reforçando que o lucro é o verdadeiro objetivo por detrás de qualquer prática socialmente responsável. Assim, todos os argumentos contra a RSE têm em conta o facto de o envolvimento social poder reduzir a eficácia económica, atendendo aos elevados custos que as empresas teriam com a comunidade.

Os defensores de que a RS não é benéfica para o setor empresarial, como Friedman (Monteiro, 2017), Bowen (1953) e Levitt (1958) sustentam as suas opiniões defendendo que o setor empresarial precisa de medir o seu desempenho, e os programas de ação social não conseguem medir os níveis de sucesso. Muito pelo contrário, não existe nenhuma razão para se supor que os gestores empresariais tenham habilidade para determinar o que o de interesse social e por isso investir em ações de RS apenas faz com que parte dos lucros que a empresa otimiza, sendo essa uma das suas principais funções, seja desperdiçado em ações de cariz social.

Um dos mais influentes autores da perspetiva socioeconómica, Keith Davis defende uma visão contrária. Davis (1975) reforça a ideia de que as organizações que não forem capazes de usar os seus recursos em benefício da sociedade têm tendência a perder o poder e já que a empresa é a maior potência no mundo, ela tem a obrigação de assumir uma responsabilidade social proporcional a seus impactos na sociedade.

Freeman (1984), também pressupõe que a economia está inserida na sociedade, na política e na cultura, e não é um sistema autónomo. O autor defende que as escolhas individuais são moldadas por valores, emoções, laços sociais e julgamentos em vez de um interesse próprio. Para Freeman, as atividades sociais têm um impacto sobre as atividades económicas sendo que, umas não podem ser distinguidas das outras, por isso, ele acredita que as organizações devem satisfazer não apenas os proprietários e as partes interessadas, mas também a comunidade.

Desta forma os autores que são a favor de se investir em Responsabilidade Social nas empresas, realçam a ideia de que o poder que as empresas têm é lhes atribuído pela sociedade, e que, por isso estas devem devolver à sociedade aquilo que dela recebem.

Porter e Kramer (2006) debatem a existência da dependência entre as organizações e a sociedade, uma vez que as atividades de uma empresa têm um impacto direto positivo ou negativo nas comunidades onde estão inseridas. Assim como referem Leandro e Rebelo (2011), uma empresa que queira fazer sobreviver o seu negócio no tempo, tem de apostar numa estratégia que acrescente valor a nível económico, social e ambiental.

Carroll (1991) desenvolveu o conceito de RS através da famosa pirâmide quadridimensional, defendendo que o rendimento da empresa se impõe como fator fundamental da RSE. Como se pode ver na figura seguinte a pirâmide é baseada em quatro dimensões, sendo as responsabilidades ordenadas da base para o topo: Responsabilidade Económica, Responsabilidade Ética, Responsabilidade Legal e Responsabilidade Filantrópica.

*Figura 1- Pirâmide de RSE segundo o modelo de Carroll, Carroll (1991).*



*Fonte: Carroll (1991, p.42)*

Na base da pirâmide encontram-se as obrigações económicas das organizações, há necessidade de se desenvolverem lucros proporcionando, pelo menos, a sobrevivência da empresa, uma vez que são os lucros a maior razão pela qual as empresas existem. As organizações também têm a responsabilidade de produzir bens e serviços que as

comunidades necessitam e de os vender a um preço que garanta a subsistência da própria organização e dar continuidade à sua atividade (Lopes & Leal, 2017).

De seguida a responsabilidade legal, que equivale à necessidade de se cumprirem todas normas legais obedecendo às exigências de órgãos regulamentadores como municípios, assembleias legislativas e a regulamentação do governo. Espera-se que as organizações consigam alcançar os objetivos económicos desejáveis, dentro das exigências legais

A responsabilidade ética da pirâmide refere-se aos comportamentos e atitudes da organização diante da sociedade e o que esta espera das empresas, mas que não são previstos nas leis. O que significa que se devem respeitar os direitos individuais, agindo com equidade, imparcialidade e justiça.

Por fim no topo da pirâmide existe a responsabilidade filantrópica ou discricionária, nesta responsabilidade fazem parte as ações voluntárias e direcionada pelo desejo da organização em contribuir no âmbito social de uma forma que não seja imposta pela economia, pela lei ou pela ética (Newman, Rand, Tarp & Trifkovic, 2020).

De acordo com Livro Verde apresentado pela Comissão das Comunidades Europeias em 2001, a Responsabilidade Social deve aparecer como uma resposta voluntária das organizações às diversas pressões de natureza social, ambiental e económica (Comissão Europeia, 2001). Uma empresa socialmente responsável não tem apenas de cumprir as suas obrigações legais, mas também deve considerar nas suas atividades a preocupação voluntária com o bem-estar da comunidade onde está inserida e os aspetos ecológicos das suas atividades.

Podemos então considerar que a RSE é uma forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os seus *stakeholders* (Rudakova, Pashentsev, Myrzalimov, Alpatov & Baranov (2019). Também estabelece objetivos empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preserva os recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeita a diversidade e promove a redução dos problemas sociais.

Desta forma é cada vez mais importante investir em ações de RS, uma vez ao mudar os comportamentos empresariais podemos promover mudanças sociais. As ações de cariz social têm de ser frequentes, bem sistematizadas, inseridas na estratégia de responsabilidade

social para que a empresa possa ser efetivamente bem-sucedida e ganhar valor perante a sua concorrência. Assim, a verdadeira responsabilidade social deve estar tanto para o público interno, como para o público externo da organização, beneficiando todos os *stakeholders*.

## **1.2 Dimensão Interna da RSE**

O conceito de RSE envolve diversas variáveis onde se reproduzem as suas diferentes dimensões e por isso é extremamente importante que as organizações assumam socialmente a responsabilidade de desenvolverem ações externas e internas quanto à responsabilidade social.

O Livro Verde (Comissão Europeia, 2001) refere-se à dimensão interna, como todas as práticas que se aplicam não só aos trabalhadores, mas também à gestão da mudança e às práticas ambientais, tais como a gestão de recursos naturais. Assim, a dimensão interna da RSE abrange principalmente quatro áreas, a gestão dos recursos humanos, a saúde e segurança no trabalho, a adaptação à mudança, a gestão do impacto ambiental e dos recursos naturais.

No que diz respeito à gestão dos recursos humanos, é importante não só que as organizações incentivem a formação contínua dos seus colaboradores, mas também que consiga um equilíbrio entre a vida profissional e pessoal dos seus colaboradores. Dentro desta área são discutidas questões relacionadas com a igualdade de oportunidades, a segurança nos locais de trabalho, a participação dos colaboradores nos lucros e no capital da organização e as práticas de recrutamento não discriminatórias. Todas estas preocupações ajudam a empresa a beneficiar de um alto nível de especialização nos seus quadros como também a promover um bem-estar e a realização pessoal e profissional dos seus colaboradores (Branco & Rodrigues, 2006).

A área da saúde e segurança no trabalho, é regulada não só através de medidas de natureza legal, mas também por numerosas iniciativas de informação, orientação e promoção de um ambiente de trabalho seguro e saudável. Esta é uma área que tem ganho importância e preocupação ao longo do tempo, fazendo com que as exigências tenham aumentado e as organizações apostem cada vez em medidas de proteção não só como forma de se diferenciarem das suas concorrentes, mas também para se protegerem a elas próprias e aos

seus colaboradores (Guadaño, Sarria-Pedroza, 2018). Podem-se destacar os programas de certificação e a rotulagem de produtos como critérios de segurança e saúde no trabalho.

Devido à crescente reestruturação das organizações, e, uma vez que o mundo empresarial está em constante mudança a adaptação das empresas na comunidade onde está inserida é bastante importante. O Livro verde (Comissão Europeia, 2001) sugere que reorganizar uma empresa de forma responsável passa pela consideração dos interesses de todos os seus *stakeholders* se que são afetados pelas mudanças e pelas decisões.

Deste modo, uma empresa socialmente responsável identificando todos os seus pontos críticos, prepara cuidadosamente a sua reestruturação, garantindo a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores, reduzindo o impacto social deste tipo de operações de elevada dimensão (Campo, Lorenzo & Castaño, 2019).

Por último, a gestão do impacto ambiental e dos recursos naturais, no contexto da responsabilidade social das empresas tem como objetivo reduzir o impacto ambiental gerado pelos seus processos de fabrico. Por conseguinte, a gestão do impacto ambiental é benéfica para as organizações e para o ambiente, traduzindo-se numa exploração eficiente de recursos através da diminuição da produção de resíduos de forma a possibilitar uma redução do impacto ambiental.

### **1.3 Dimensão Externa da RSE**

A dimensão externa da RSE ultrapassa todos os processos internos da organização e envolve o desenvolvimento da comunidade em que a organização opera. A interação das organizações com a comunidade é um fator bastante importante a ter em conta no crescimento das sociedades, por isso, a adaptação entre a organização e a comunidade pode-se realizar através de diversas ações.

Como o Livro Verde (Comissão Europeia, 2001) refere, a dimensão externa está subdividida em quatro áreas distintas, as comunidades locais, os parceiros comerciais, fornecedores e consumidores, os direitos humanos e as preocupações ambientais globais.

Quando as empresas estabelecem relações com as comunidades locais, estão a beneficiar ambas as partes. As empresas beneficiam porque dependem da estabilidade e prosperidade

da comunidade em que se inserem, já as comunidades beneficiam porque as empresas ajudam na empregabilidade e contribuem com remunerações. Assim, a produtividade de uma empresa é tanto maior quanto a melhor relação que ela criar com a comunidade local.

Os parceiros de uma organização (no qual fazem parte os parceiros comerciais, os fornecedores e os consumidores, entre outros) e a própria organização devem criar um relacionamento dinâmico baseado na compreensão das expectativas e necessidades de todos os intervenientes, que permita garantir uma vantagem competitiva na criação de valor. Esta boa relação entre ambas as partes, traz a possibilidade de reduzir a complexidade e os custos das suas operações, bem como aumentar a qualidade. Este bom relacionamento pode resultar em lucros mais elevados para as empresas (Comissão Europeia, 2001).

O capital humano é uma peça fundamental em qualquer organização e, por isso, os direitos humanos são outra das áreas que pertencem à dimensão externa. Segundo Calveras e Ganuza (2018), quando nos referimos aos Direitos Humanos, englobamos os Direitos Civis e Políticos, os Direitos Económicos, Sociais e Culturais e a igualdade de oportunidades. As empresas têm vindo a criar códigos de conduta, que abrangem as condições de trabalho, direitos humanos e normas ambientais. Estes códigos têm como intuito melhorar a imagem da empresa no mercado de forma a reduzir os riscos de uma reação negativa por parte dos consumidores.

É importante ter em atenção, os efeitos que as atividades das organizações têm no ecossistema, no solo, na água e atmosfera, e é necessário arranjar soluções para os efeitos negativos desses impactos. Ao manifestarem preocupações ambientais globais na sua política de responsabilidade social, as organizações tornam compatíveis o bom desempenho económico com a eficiência ambiental.

Uma empresa que adote comportamentos socialmente responsáveis tendo em conta a sua dimensão interna e externa, não está apenas a implementar ações produtivas que visam o crescimento económico, como também estão a aumentar a competitividade dos mercados, a garantir a divulgação da responsabilidade social, a defesa do ambiente e a atender a todos os seus *stakeholders* (Guadaño & Sarria-Pedroza, 2018).

#### **1.4 Estratégia Empresarial para a criação de valor**

A competitividade entre as empresas tem vindo a aumentar ao longo dos anos e por isso as organizações têm necessidade de investirem em processos de gestão que aumentem a vantagem competitiva entre as organizações. A estratégia empresarial surge desta forma, do facto das organizações precisarem de criar um plano de forma a competirem com as suas concorrentes para ganharem vantagem e criarem valor.

O conceito de estratégia está intimamente associado aos objetivos e à missão que a organização pretende atingir, com especial ênfase nos planos e processos necessários para alcançar um posicionamento competitivo vantajoso (Singh, 2014). A gestão estratégica para Burke e Logsdon (1996), pode ser definida como a capacidade da empresa de vincular benefícios financeiros ao cumprimento de objetivos sociais.

De acordo com Altinay, Sigala e Waligo (2016), as estratégias definem quais os negócios que as organizações gerem, a natureza económica e não económica das suas ações e contribuições, e a relação com os seus *stakeholders*. Quanto mais intimamente relacionados os projetos sociais estão com a missão empresarial da organização, mais facilmente a empresa consegue agregar valor (Husted & Allen, 2009).

##### **1.4.1 Responsabilidade Social como forma de criação de valor para as empresas**

Na literatura da gestão estratégica é geralmente aceite, que as práticas de RSE devem ser integradas na estratégia da empresa, tanto no modelo interno como no modelo externo, de forma a impulsionarem a criação de valor para todas as partes interessadas. Numa organização com múltiplas atividades, a interação de todos os *stakeholders* leva a que as decisões e soluções possam ser mais vantajosas e economicamente mais fiáveis (Singh e Misra, 2020).

A criação de valor é o objetivo principal a ser seguido pelas organizações por meio de estratégias nas suas diversas áreas. Por isso, Porter (2006) define “estratégia” como a procura de um plano de ação que visa otimizar a vantagem competitiva de uma empresa, agregando valor pela preocupação com as questões humanas, sociais e ambientais. Um benefício secundário de uma estratégia de RSE bem-sucedida é que ela incentiva as empresas a procurarem diferentes maneiras pelas quais a ação social também leve ao lucro.

Segundo Newman, Rand e Trifkoiv (2020) quando uma empresa investe numa boa estratégia de RSE está a ajudar a aumentar a motivação, a produtividade e a satisfação dos seus colaboradores, a ajudar na garantia da *performance* económica e financeira dos acionistas e dos investidores através da valorização. Formular uma boa estratégia de Responsabilidade Social Empresarial leva então, a que as organizações obtenham uma maior notoriedade, visibilidade e melhores condições de competição no mercado, promovendo a sua rentabilidade, e, por conseguinte, a aumentar o seu valor no mercado.

Para Husted e Allen (2009), a RSE é uma oportunidade de reconfigurar o cenário competitivo, bem como desenvolver recursos e capacidades distintas e dinâmicas. Assim, podemos afirmar, que RSE, é compreendida como um investimento que aumenta o valor da empresa, conduzindo ao desenvolvimento de relações positivas, fortalecendo a sua vantagem competitiva (Kadłubek, 2015).

#### **1.4.2 Fatores que influenciam as empresas a investir em RS e as suas vantagens**

Como já referido anteriormente, a competitividade no mercado está cada vez mais elevada e os consumidores tornaram-se mais exigentes e conscientes dos seus direitos e dos seus deveres, o que lhes proporciona um maior poder de escolha, fazendo com que sejam mais conscientes na hora de escolher quais as empresas com que se vão relacionar. Para Chiavenato (Boechat & Barreto, 2018) existem vários fatores que levam as empresas a investirem em ações de cariz social, como a melhoria das relações entre os colaboradores, comunidade, clientes, fornecedores e parceiros comerciais.

Altiny, Sigala e Waligo (2016) defendem que a responsabilidade social melhora a imagem pública da organização, pois quando esta adota comportamentos socialmente responsáveis está menos exposta ao risco. Estas iniciativas sociais podem ser observadas por todos os seus *stakeholders* como iniciativas que têm um efeito positivo na reputação da organização, que por sua vez é difícil de imitar e muitas vezes é baseada nos valores da própria organização, diferenciando-a das suas concorrentes ao estabelecer um valor social (Vilanova, Lozano & Arenas, 2009).

Alguns benefícios das iniciativas de RSE são o aumento da qualificação da mão de obra, aumento do comprometimento e motivação dos colaboradores, que se tornam mais



inovadores, produtivos e leais, melhorando o desempenho organizacional em termos económicos, sociais e ambientais (Asemah, Okpanachi & Edegoh, 2013).

Também é do interesse da organização melhorar a comunidade na qual está inserida, uma vez que as melhorias na comunidade implicam benefícios para a própria organização. Deste modo, a organização ao identificar problemas na comunidade e ao tentar solucioná-los está a promover o bem-estar comum como também, a explorar as ligações entre a RSE e o desempenho financeiros da organização (Boechat & Barreto, 2018). Na verdade, quando uma organização investe em RSE, está a adotar valores e a trabalhar com transparência, por isso está a transmitir valores éticos a todos os seus *stakeholders*.

Quando as organizações têm RS para com a comunidade e demonstram sensibilidade em relação aos assuntos sociais, pode não haver necessidade de regulamentação por parte do governo, fazendo com que estes fiquem desencorajados a não intervir nas organizações. Os governos muitas vezes são ineficientes quanto à resolução de problemas e à promoção do bem-estar da população, fazendo com que as organizações assumam essas responsabilidades (Newman, Rand, Tarp & Trifkovic, 2020).

Dawkins e Lewis (2003), defendem que investir em RS também poderá ser vantajoso para as acionistas, já que as ações sociais irão ganhar aprovação do público externo e por isso a organização vai ser percecionada como sendo pouco propensa às críticas sociais. Se a empresa estiver cotada em bolsa, irá beneficiar do facto da sua cotação aumentar perante as suas concorrentes, e por isso, estes autores sugerem que a RSE deve ser tratada como um investimento e não um custo.

De acordo com Ramzan, Armin e Abbas (2021), as organizações com RSE têm um perfil de risco mais baixo, devido ao facto dos seus investidores percecionarem que estas organizações geram produtos e serviços de maneira mais responsável e menos arriscada, logo, são mais conscientes e menos propensas a enfrentar ações adversas.

A RSE também oferece benefícios para as organizações, aumentando a participação do cliente que é afetada pelo grau de perceção que o cliente tem da organização. Asemah, Okpanachi e Edegoh (2013) afirmam que quando uma empresa é vista como boa cidadã empresarial, pode promover a longo prazo, relacionamentos estáveis com os clientes, que se veem como investidores na empresa com poderes de compra.

O retorno de se investir em práticas de RS ocorre na medida em que os clientes privilegiam uma organização que adota práticas sociais e isso traduz-se na melhoria dos seus resultados financeiros e no seu desempenho económico. Falkenberg e Petter (2011) acreditam que os programas de RS também ajudam a estabelecer uma reputação que tornam os clientes resilientes a informações negativas da empresa, como também ajudam a que estes promovam a organização por meio de uma comunicação positiva.

Outra vantagem do investimento em RSE para a criação de valor é por meio de reduções de custos disponíveis para a organização, concentrando os projetos de RSE em atividades dentro da organização. Segundo Husted e Allen (2009) esses projetos dentro do domínio da organização, estão sujeitos a uma maior supervisão e por isso, reduzem custos em comparação com as iniciativas em áreas pouco compreendidas pela organização.

A RS tornou-se assim uma parte integrante das ações organizacionais. Podemos afirmar que as organizações podem agregar valor e obter uma vantagem competitiva por meio de ações socialmente responsáveis, contudo devem relacionar sempre a sua estratégia e a RSE (Ramzan, Amin & Abbas, 2021).

Quando os projetos e programas de RSE são geridas de forma eficaz podem criar benefícios significativos para a organização. Estas ações ajudam no desempenho económico da organização, dado que cada vez menos se aceita que a riqueza favoreça apenas os interesses de alguns, devendo a mesma contribuir para o interesse coletivo (Pearce & Doh, 2005).

Deste modo, a RS decorre não apenas da consideração de critérios e desempenhos de carácter financeiro, mas de princípios de postura ética, social e ambiental das sociedades, na medida em que existe a expectativa, por parte dos investidores, de obter resultados a longo prazo decorrentes de políticas socialmente responsáveis (Monteiro, 2017).

### **1.5 Relatórios de Sustentabilidade e as Principais normas de RSE**

A crescente preocupação das organizações com os temas sociais, ambientais e económicos que envolvem todos os seus *stakeholders*, levou a que comesçassem a adotar práticas que conduzissem a um desempenho socialmente responsável. Por conseguinte, um dos meios para a divulgação desse desempenho organizacional, é através da publicação anual dos seus Relatórios de Sustentabilidade.

Os primeiros relatórios surgiram como resposta às pressões que as organizações sofriam do meio ambiente, tornando-as mais transparentes de forma a explicarem o seu impacto positivo e negativo. Atualmente os relatórios são realizados devido às pressões de todos os seus *stakeholders*.

As informações sobre RSE eram consideradas não financeiras e irrelevantes para incluir nos relatórios financeiros anuais. Contudo, a crescente preocupação pelo setor empresarial em relação às questões sociais e ambientais, levou a contabilidade enquanto principalmente sistema de informação, a acompanhar essa tendência (Adams, Muir & Hoque, 2014).

Tendo como base os relatórios financeiros, surgiu a ideia de incluir nesse mesmo relatório outras dimensões como a ambiental e social, para que as organizações pudessem incorporar na sua gestão, questões de sustentabilidade. A Diretiva 2014/95 / UE que é designada diretiva de relato não financeiro (NFRD), estabeleceu as regras de divulgação de informação não financeira (relativa aos impactos sociais e ambientais) e diversificada pelas grandes empresas.

As grandes empresas de acordo com a Diretiva 2014/95/UE, são obrigadas a publicar relatórios sobre as políticas que implementam em relação à proteção ambiental, à responsabilidade social e tratamento dos funcionários, diversidade nos conselhos de administração, anticorrupção, suborno e respeito pelos direitos humanos.

Segundo Olanipekun, Omotayo & Saka (2021), estes relatórios acrescentam informação não financeira à informação financeira, servindo de complemento às contas anuais obrigatórias, por isso, são um indicador do nível de RS que uma organização tem com a sociedade em que se encontra inserida. Além disso, é um esforço da organização para integrar e reforçar os impactos sociais e ecológicos positivos e reduzir os negativos.

Roca e Searcy (2012) definem um relatório de sustentabilidade como um relatório que deve conter informações qualitativas e quantitativas sobre as principais iniciativas da organização. Segundo os autores, nesses relatórios essas informações ajudam a entender até que ponto a organização consegue melhorar a sua eficácia e eficiência económica, ambiental e social no período coberto pelo relatório, e integrar esses aspetos em um sistema de gestão de sustentabilidade.

De acordo com Dhaliwal, Li e Tsang (2014) os Relatórios de Sustentabilidade são uma ferramenta utilizada pela organização para divulgarem os seus indicadores sociais, económicos e ambientais com transparência. Ao relatarem as suas práticas de sustentabilidade, as organizações estão a tornar públicos os impactos económicos, ambientais e sociais, logo, estão a expor as suas contribuições positivas e negativas para o desenvolvimento sustentável.

Vários autores encontram motivações para o desenvolvimento deste tipo de relatórios. Bebbington, Higgins e Frame (2009) defendem que ajudam a aumentar a legitimidade empresarial como também a criar uma estratégia de diferenciação. Searcy e Buslovich (2014) acreditam que as empresas que compartilham os seus relatórios com informações de sustentabilidade e responsabilidade crescem financeiramente mais rápido do que as que não o fazem.

Haque (2017) também considera o relato da RSE nos relatórios de sustentabilidade importante para contruir a reputação da organização no mercado financeiro. Da mesma forma que Hartojo e Jo (2015), argumentam que as informações dos relatórios de sustentabilidade ligadas a RSE são relevantes para o valor e para todos os participantes do mercado financeiro que as usam para desenvolver a sua perceção sobre a organização.

Hawn, Chatterii e Mitchell (2018) defendem ainda que de uma perspetiva de ética empresarial as empresas que fornecem a divulgação de RSE recebem mais atenção e segurança por parte dos investidores, sendo por isso, mais atraentes. Segundo estes autores, a confiança que é gerada pela transparência empresarial ao compartilhar os relatórios, ajuda os investidores e os credores a compreenderem a existência de possíveis riscos.

Existem outros aspetos positivos sobre a adoção de relatórios de RSE numa organização como a promoção da melhoria contínua, uma vez que eles podem ser projetados para serem experienciados e aprimorados (Colle, Henriques & Sarasvathy, 2014). O desenvolvimento destes relatórios também ajuda a reduzir as assimetrias de informação, promovendo processos e práticas comumente aceites.

Colle *et al* (2014) acreditam que não existem apenas fatores positivos no uso de relatórios de RSE. Do lado negativo segundo o autor, existem algumas desvantagens como os custos extras. O processo de adoção destes relatórios e a obtenção de certificados externos pode representar um custo significativo, principalmente nas pequenas e médias empresas.

Também do ponto de vista de Ioannou e Serafeim (2015), sendo os relatórios adotados de forma voluntária, carecem da legitimidade e dos fortes mecanismos de conformidade disponíveis pela lei. O autor defende que existe falta de fiscalização, por conseguinte, podem também ser percebidos como pouco eficientes.

As organizações têm procurado cada vez mais, demonstrar o seu compromisso com a responsabilidade social e com a sustentabilidade como forma de diferenciação face à concorrência. Assim, de acordo com Ali, Frynas e Mahmood (2017) os relatórios ajudam as empresas a desenvolver uma estratégia de gestão voltada para o futuro, auxiliam a empresa a identificar potenciais riscos e oportunidades ligados à sustentabilidade e ajudam a mudar as mentalidades de todos os envolvidos na sua atividade, uma vez que é uma oportunidade de divulgar a importância destas práticas.

Deste modo, podemos considerar que de uma forma geral, os investigadores defendem que a divulgação dos relatórios de RSE são uma estratégia empresarial para a criação de valor (García-Sánchez, Hussain, Martínez-Ferrero & Ruiz-Barbadillo, 2019).

O formato e o conteúdo dos Relatórios de Sustentabilidade evoluíram de acordo com as tendências de mercado e foram adaptados, por muitas empresas. Para garantir que as informações dos relatórios sejam seguras e fidedignas, foram criadas algumas metodologias.

A mais utilizada atualmente foi desenvolvida pela *Global Reporting Initiative*, que afirma que *“a elaboração de Relatórios de Sustentabilidade, constitui uma prática de medição, divulgação e de responsabilidade das organizações face às diferentes partes interessadas, relativamente ao seu desempenho em termos ambientais, sociais e económicos”* (GRI, 2006). A GRI, é uma organização não governamental que surgiu em 1997, e é o conjunto mais conhecido de diretrizes voluntárias que ajudam a elaboração dos relatórios de forma a garantirem uma maior transparência.

De uma maneira geral, as diretrizes publicadas demonstram que os relatórios de sustentabilidade empresarial, devem conter uma descrição da organização, a sua visão de sustentabilidade, os seus objetivos em relação à sustentabilidade e uma série de indicadores que ilustram o desempenho da organização (Roca e Searcy, 2012).

A GRI tem uma abrangência internacional, as suas diretrizes criam uma linguagem comum para as organizações, relatando os seus impactos na sustentabilidade de forma consistente e

confiável. Isso melhora a comparabilidade global e permite que as organizações sejam transparentes e responsáveis (Corrêa & Rivbeiro, 2020). As diretrizes também ajudam as organizações a compreender e divulgar os seus impactos de uma forma que atenda às necessidades das várias partes interessadas.

Conforme Brown, Jong e Levy (2009), o relatório GRI também possui alguns fatores negativos, principalmente por não detalhar suficientemente as informações e por não dar uma imagem adequada dos impactos das organizações sobre as comunidades locais e as condições sociais. Os investigadores também consideram que outro fator negativo é ausência de padronização na divulgação das informações, impedindo que outras empresas façam benchmarking da organização que está a divulgar os seus indicadores.

Barkemeyer, Preuss e Lee (2015), afirmam que relatar de acordo com o normativo GRI é amplamente considerado como um meio de aumentar a credibilidade de um relatório de sustentabilidade. Assim, o uso adequado das práticas sociais e ambientais, pode agregar valor às organizações, promove a transparência das informações, possibilita o aumento da comunicação e reduz a discrepância da informação (Abernathy, Stefaniak, Wilkins & Olson, 2017).

Para que seja assegurado um nível de qualidade, relevância e estrutura, as diretrizes universais são desenvolvidas, atualizadas e continuamente melhoradas através dos seus diversos *stakeholders* e especialistas, de modo a nivelar as assimetrias dos relatórios de RS (Boiral, 2013). Numa lógica de melhoria continua, já foram publicadas várias versões da GRI.

Em 2000 foi lançada e desenvolvida voluntariamente o primeiro esboço das diretrizes no setor empresarial (GRI 1) e em 2002 houve um aperfeiçoamento das mesmas, tendo sido lançada a segunda versão (GRI 2). Mais tarde em 2006, ocorreu o lançamento da terceira geração GRI (GRI 3), que contou com a participação de especialistas tanto das organizações como da sociedade civil para definir as diretrizes que ajudariam a explicar o conteúdo do relatório e os indicadores de desempenho (Fernandez-Feijoo, Romero & Ruiz, 2014). A GRI 3.1 foi lançada em 2011 com o objetivo de fornecer uma descrição mais detalhada sobre os indicadores a serem divulgados pelas organizações.

Em 2013, foi publicada a versão G4, com o objetivo de aprimorar e refletir, as tendências atuais e futuras. De acordo com Truant, Corazza e Scagnelli (2017), a nova G4 inclui um maior número de divulgações sociais, económicas e ambientais nos relatórios de sustentabilidade e RS,

exigindo que as empresas forneçam detalhadamente a identificação de riscos, impactos e oportunidades. As diretrizes que compõem a G4 são universalmente aplicáveis a empresas de todos os tamanhos, tipos e setores do mercado, tendo sido reestruturadas num conjunto de padrões no final de 2016. (Ali et al, 2017).

Assim, em 2016 foram lançados os novos Padrões de desenvolvimento pelo *Global Sustainability Standards Board* (GSSB), com o objetivo de substituir a G4 a partir de 2018. Este novo formato, veio trazer às empresas que divulgam os seus relatórios de sustentabilidade uma distinção mais clara das informações que são essenciais (requisitos obrigatórios), relevantes (informações recomendáveis) e adicionais. A GRI Standards estabelece com maior rigor toda a informação com um pouco mais de transparência quanto ao uso da metodologia adequada do que a G4.

Desta forma, a grande parte das empresas que divulgam os seus relatórios de sustentabilidade, usam metodologia GRI em alguma das suas versões e graus de aplicação. A utilização da GRI traz inúmeras vantagens para as empresas e para os governos como o reconhecimento em todo o mundo. Ao divulgarem os seus resultados utilizando esta metodologia, as empresas estão a garantir que estes irão ser reconhecidos a nível mundial, tanto por investidores, como por outros *stakeholders*.

Uma vez que é usado em quase todos os países e setores de atividade, facilita a comparação dos resultados, permitindo que as empresas possam comparar os seus resultados e desempenho com as empresas do mesmo país ou setor. Também ajuda a entender do ponto de vista da gestão, como é que os impactos positivos e negativos da organização são geridos, de forma a haver uma gestão mais sustentável e responsável no negócio.

As normas internacionais mais conhecidas dos relatórios de RSE são AA1000, SA8000. A norma AA1000 foi lançada como um padrão voluntário para garantir a qualidade da contabilidade, auditoria e relato social ético (Traxler, Greiling & Hebesberger, 2018). O objetivo é envolver os seus *stakeholders* nas decisões da empresa sobre direitos humanos, questões sociais e económicas com vista a melhorar o desempenho social e ético das organizações. Assim, a AA1000, pode ser usada para definir objetivos, metas e estratégias de sustentabilidade nas organizações empresariais (Olanipekun e Omatayo, 2021).

A SA8000, foi desenvolvida para garantir os direitos dos trabalhadores, engloba questões como o trabalho forçado e obrigatório, trabalho infantil, saúde e segurança no trabalho, discriminação,

horário de trabalho, entre outras (Siew, 2015). Esta norma é composta por condições que têm como base as Convenções da Organização Internacional do Trabalho, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança. Esta é uma norma que traz alguns benefícios, como a melhoria do relacionamento organizacional, visto que há uma maior preocupação com o trabalhador e com as condições de saúde e segurança, ajuda a consolidar a imagem e reputação da organização, e ajuda a que haja uma maior segurança por parte dos investidores.

Em Portugal as normas a que as empresas podem recorrer são essencialmente a ISO 26000, ISO 14000 e ISO 9000. De acordo com Halkos e Nomikos (2021), a ISO 26000 tem como objetivo principal a divulgação das características mais significativas da RSE e incorporar metas para orientar as empresas sobre como divulgar as práticas implementadas. É um instrumento adotado internacionalmente por todos os tipos de organizações, independentemente da sua dimensão ou localização, para promover relatórios de sustentabilidade.

A norma ISO 14000, corresponde à Gestão Ambiental e apresenta diretrizes para Auditorias Ambientais (ISO 14010), Avaliação de Desempenho Ambiental (14031), Análise do Ciclo de vida (ISO 14040), entre outros. Esta é uma norma que especifica as condições relativas ao sistema de gestão ambiental, de maneira a formular as políticas e os objetivos que tenham em conta tanto os requisitos legais, como as informações relevantes sobre os impactos ambientais significativos (Hasan, 2014).

Para além de ter a finalidade de equilibrar a proteção ambiental e a prevenção da poluição com as necessidades económicas e sociais, também oferece alguns benefícios para as empresas, como a prevenção da poluição, a redução dos custos das despesas com matérias-primas e a reação positiva da sociedade.

Por último, a ISO 9000 que segundo Madg e Nabulsi (2012) o principal objetivo é aperfeiçoar o processo de melhoria contínua com o fim de atingir a satisfação do cliente. A norma é baseada em alguns princípios de gestão da qualidade: o foco no cliente, liderança, envolvimento dos *stakeholders*, abordagem da gestão e da melhoria contínua.

Existem diversos países que têm percebido os benefícios da adesão a este tipo de relatórios devido há credibilidade ganha ao longo do tempo através do consenso entre as empresas com os seus *stakeholders*, e à transparência sobre o desempenho de sustentabilidade das



organizações. Por isso a RSE é também uma forma das empresas mostrarem a sua diferença perante as concorrentes e sobreviverem no mercado empresarial.

### **1.6 Indicadores de desempenho (*triple bottom line*)**

Atualmente o termo de RSE está muito associado ao contributo da organização para com a sociedade onde está inserida. No entanto, esse contributo vai para além do desempenho económico da empresa, abrangendo também as preocupações sociais e ambientais das suas atividades. Os indicadores de desempenho são essenciais para a organização porque atuam como instrumentos de planeamento e gestão, sendo um fator a ter em conta na implementação na rotina diária das organizações.

#### **1.6.1 Dimensão Económica**

Como já referido, um dos principais objetivos de uma organização é ser lucrativa, não só na vertente económica como na vertente social e ambiental. De acordo com Santos Silva e Sampaio *et al* (2005), a maneira como uma empresa opera no mercado diz muito sobre a forma como ela integra as preocupações sociais, éticas e ambientais na sua estrutura organizacional. Por isso, o indicador económico inclui as principais informações sobre a dimensão económica da sustentabilidade, ou seja, questões sobre o impacto da organização nos seus *stakeholders* e sobre o sistema económico a todos os níveis (Maynard, Vidigal, Farage *et al*, 2020).

A dimensão económica da sustentabilidade de acordo com a GRI 3 está subdividida em desempenho económico da organização, impactos económicos indiretos da organização e presença no mercado. A GRI 4 acrescentou apenas as práticas de compra, sendo que em ambas existem 9 indicadores da *performance* económica.

Já a GRI Standards, tem em conta: o desempenho económico da organização, os impactos económicos indiretos da organização, a presença no mercado, as práticas de compra, o combate à corrupção, a concorrência desleal e os tributos (a partir de 2019), assim soma o total de 13 indicadores de 2016 a 2018 e 17 indicadores em 2019 e 2020.

Destacam-se também os Balanços Financeiros, onde estão inseridas informações sobre o valor económico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, salário de funcionários, apoio financeiro significativo recebido do governo, os rácios económicos como a Rentabilidade do Ativo (ROA) e o Rácio da Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE).

No indicador económico segundo a Comissão Europeia (2004) também se encontram informações sobre os fornecedores e os clientes nomeadamente, através de critérios de seleção para contratação de prestadores externos, qualidade e segurança nos produtos entregues aos clientes.

### **1.6.2 Dimensão Social**

O indicador social compreende as questões da relação da empresa com o seu capital humano e com a sociedade envolvente. Questões essas como o impacto da organização sobre os seus *stakeholders*, parceiros comerciais, investidores, fornecedores, governo e a sociedade em geral.

González-Rodríguez, Díaz-Fernández e Simonetti (2015), afirmam que os indicadores sociais têm o objetivo de contribuir para uma sociedade mais justa ao integrar as preocupações sociais na atividade da empresa e ao apoiar as comunidades locais e os seus recursos humanos nas áreas da saúde e segurança no trabalho, com formações, ações de promoção ambiental, com equidade salarial e adequada legislação laboral.

A GRI selecionou indicadores ao identificar aspetos essenciais de desempenho que permeiam práticas trabalhistas, direitos humanos e aspetos mais amplos que afetam os consumidores, as comunidades e outras partes interessadas da sociedade (GRI, 2002). As práticas de trabalho e desempenho dos direitos humanos baseiam-se essencialmente na Convenção Mundial do Trabalho, na Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas. De acordo com a GRI esta é uma categoria que está subdividida em: Práticas Laborais, Direitos Humanos, Comunidades Locais e Responsabilidade pelo Produto.

### **1.6.3 Ambiental**

Este indicador tem como principal objetivo, a preservação de um ambiente saudável que não ponha em causa as gerações futuras. Deste modo as organizações têm a função de serem socialmente responsáveis e tentarem reduzir impactos negativos das suas atividades, mantendo-as numa posição competitiva favorável assegurando a sua sobrevivência (Maynard, Vidigal, Farage *et al*, 2020).

A dimensão ambiental da sustentabilidade também diz respeito aos impactos da organização sobre sistemas naturais vivos ou não vivos, incluindo ecossistemas, terra, ar e água (GRI, 2002). Por isso, neste indicador de desempenho ambiental encontram-se questões relacionadas com a energia, água, afluentes, emissões, biodiversidade, materiais, entre outros.

As empresas que se desenvolvem de forma sustentável, atendem às necessidades Económicas, Ambientais e Sociais, por isso, devem comprometer-se à distribuição da riqueza gerada, de forma contribuir para uma sociedade mais responsável, mais justa, com uma maior equidade tanto na organização como na sociedade em si.

## **CAPÍTULO II – Estudo Empírico**

---

No capítulo anterior foi apresentado o enquadramento teórico de que irá servir de apoio ao estudo empírico realizado. O tema da RSE é bastante relevante na sociedade atual, motivo esse que leva cada vez mais as empresas a terem interesse em demonstrar que a Responsabilidade Social faz parte da sua visão e dos seus objetivos.

Neste segundo capítulo está compreendido não só a escolha da metodologia utilizada, como também o objetivo principal e específicos que se pretendem atingir, a caracterização da amostra e a seleção dos dados recolhidos e analisados.

## **2. Metodologia**

### **2.1. Objetivos e questões de Investigação**

Atendendo a que na primeira parte se procurou desenvolver e aprofundar o conceito de Responsabilidade Social, entender a sua importância e o seu poder nas organizações, as vantagens de apostar numa estratégia de RS, analisar a dimensão interna e externa da RSE e analisar os indicadores de desempenho, o objetivo principal deste trabalho passa por investigar de que forma a RS influencia a criação de valor nas organizações e entender qual a importância que as organizações lhe atribuem.

Quanto aos objetivos específicos a alcançar na concretização deste estudo, destacam-se os seguintes:

- Analisar qual as percentagens de indicadores sociais e ambientais GRI que são divulgados;
- Perceber quais são as práticas de Responsabilidade Social que geram benefícios à organização e,
- Avaliar a relação entre a responsabilidade social e a *performance* económica e financeira.

Analisar estas questões irá ajudar a compreender como é que, ao implementarem ações de Responsabilidade Social, as organizações beneficiam não só do aumento de competitividade como também agregam valor. Esse valor acontece na medida em que a maioria dos consumidores privilegia uma empresa em função da outra devido à adoção de práticas socialmente responsáveis.

De acordo com Wójcik (2016) uma organização preocupada com a comunidade, a crescer economicamente de forma correta e responsabilizando-se pela consequência dos seus atos, transforma grande parte dos lucros em ganho social.

## **2.2 Metodologia de Investigação**

A metodologia de investigação refere-se à parte prática de qualquer pesquisa. É nesta fase que se define qual a metodológica a utilizar com o fim de obter respostas válidas que atendam aos objetivos da pesquisa. Como Hill e Hill (2002) referem, a investigação empírica é uma investigação em que se fazem observações para compreender melhor o fenómeno a estudar.

Tendo em conta as questões de investigação e o seu objetivo central, a metodologia utilizada será o estudo de caso com a realização de uma pesquisa de natureza qualitativa. O estudo de caso, segundo Yin (2008), é uma investigação que pretende responder às questões sobre um acontecimento ou um fenómeno.

A pesquisa qualitativa é uma abordagem interpretativa, que pode ser uma experiência pessoal, um estudo de caso ou relatos, isto é, materiais que descrevam a rotina e os significados da vida humana em grupos (Palmer & Bolderston, 2016). Bryman (2004) defende que a metodologia qualitativa está relacionada com a forma como cada investigador vê, através de outras pessoas, e interpreta essas respostas a partir do seu ponto de vista.

Atualmente, a forma mais comum que as empresas têm de demonstrar as suas práticas responsáveis, é através da publicação voluntária dos relatórios de sustentabilidade. Assim, a escolha desta metodologia prende-se com o objetivo de realizar uma pesquisa documental aos relatórios de sustentabilidade das organizações e aos relatórios e contas de forma a perceber os comportamentos das empresas com as comunidades onde estão inseridas.

## **2.3 Caracterização da amostra**

Uma vez que o objetivo central da investigação é analisar a Responsabilidade Social Empresarial como forma de criação de valor nas organizações, decidiu-se estudar as empresas cotadas na *Euronext* Lisboa, pertencentes ao PSI-20, constituindo assim a amostra que será objeto de estudo.

Como já referido, a presente investigação tem como fonte a análise documental dos Relatórios de Sustentabilidade e do Relatórios e Contas recolhidos nos sites das respetivas empresas. Portanto, escolheu-se analisar o intervalo entre 2017 e 2019 por se tratar de um período em que os relatórios de todas as empresas em análise estavam disponíveis em formato online.

Fazem parte das empresas do PSI-20 até 31 de dezembro de 2020 as seguintes empresas:

- Altri
- BCP
- Corticeira Amorim
- CTT - Correios de Portugal
- EDP Renováveis
- Energias de Portugal (EDP)
- GALP Energia
- Ibersol
- Jerónimo Martin
- Mota-Engil
- Nova Base SGPS
- NOS
- Pharol
- Ramada
- Redes Energéticas Nacionais
- Semapa
- Sonae
- The Navigator Company

Das 18 empresas pertencentes ao PSI-20, exclui-se a Pharol, a Ramada e a Nova Base, uma vez que não se encontrou nenhum relatório referente aos anos em análise e apesar de terem sido contactadas via email, não se obteve qualquer resposta. Excluiu-se também a empresa EDP Renováveis devido ao facto de o relatório estar integrado no relatório do grupo da EDP Energias de Portugal, assim como o BCP, por se tratar de uma instituição financeira que aplica um normativo diferente tornando assim a análise em termos de comparabilidade difícil. Deste modo, o conjunto de empresas consideradas para este estudo são 13 e todas as informações foram obtidas através dos sites institucionais das empresas, sendo por isso informações públicas.

## **2.4 Definição das variáveis de desempenho**

Foram considerados dois grupos de variáveis. Assim, para a mensuração das variáveis de RSE procurou-se definir as variáveis sociais e ambientais segundo as diretrizes da GRI. O segundo grupo de variáveis diz respeito às variáveis económico-financeiras analisadas com

base nas demonstrações financeiras. Os anos considerados para análise (2017, 2018 e 2019) das 13 empresas em estudo, reportavam os seus relatórios segundo a GRI 4 ou a GRI *Standards* como consta no **Apêndice I**.

#### **2.4.1 Ambiental e Social**

Os indicadores de desempenho ambiental, de acordo com a GRI 4, têm em conta 12 aspetos como os Materiais, Água, Afluentes, Resíduos, Energia, Emissões, Biodiversidade, Transporte, Conformidade Ambiental e Avaliação Ambiental dos Fornecedores. Assim, no total somam 12 categorias e 34 indicadores, enquanto segundo a GRI *Standards* em 2016 tinha em consideração 8 categorias e 30 indicadores, sendo que a partir de 2018 passaram a considerar 32 indicadores de desempenho ambiental (pode-se ver a evolução do número de indicadores e aspetos segundo a GRI no **Apêndice II**).

Já, os indicadores de desempenho social, estão divididos em quatro categorias sendo elas: as Práticas Laborais, os Direitos Humanos, as Comunidades Locais e a Responsabilidade pelo Produto. De acordo com a GRI 4, são 48 o número de indicadores de desempenho social, enquanto segundo a GRI *Standards* eram 34 em 2016 e 40 nos seguintes anos. Como consta no **Apêndice III**, é possível observar algumas diferenças relativas às informações usadas pela GRI 4 e pela GRI *Standards*, assim como os aspetos, as categorias e o número de indicadores envolventes.

#### **2.4.2 Desempenho Económico-financeiro**

As variáveis com que se pretende analisar o desempenho económico-financeiro, foram estudadas com base nas demonstrações financeiras disponibilizados pelas empresas, tendo sido escolhidas por se tratar de instrumentos que permitem entender a situação económica das organizações. Deste modo, escolheu-se os seguintes indicadores contabilísticos: o ROA (Rácio de Rentabilidade dos Ativos), o ROE (Rácio de Rentabilidade dos Capitais Próprios), o rácio da Rentabilidade das Vendas e o Rácio de Endividamento.



O Rácio de Rentabilidade dos Ativos, permite-nos obter uma visão sobre os retornos do capital que foram investidos, ou seja, com este indicador, os acionistas conseguem saber a capacidade de a empresa gerar lucro a partir dos seus ativos.

$$ROA = \text{Resultado Líquido} / \text{Ativo}$$

O ROE, rácio de rentabilidade de capitais, reflete a eficácia e a capacidade da remuneração investida pelos acionistas.

$$ROE = \text{Resultados Líquidos} / \text{Capital}$$

O rácio da rentabilidade das vendas irá refletir a relação existente entre os resultados líquidos e as vendas, permite comparar o lucro líquido com o volume de negócio.

$$\text{Rentabilidade das Vendas} = \frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Vendas}}$$

Por fim, o rácio do endividamento, permite avaliar as alterações da estrutura de financiamento utilizada pela empresa e também a sua dependência face a empréstimos de terceiros

$$\text{Rácio de endividamento} = \text{Passivo} / \text{Ativo}$$

## 2.5 Recolha dos Dados

Depois de selecionadas as empresas que serão alvo de estudo e do período em análise estar definido (2017 a 2019), procedeu-se à recolha de informação dos relatórios que são objeto de análise (Relatórios de Sustentabilidade e Relatórios e Contas) de forma a ajudar a dar resposta ao principal objetivo da investigação.

Na tabela seguinte, estão identificadas as 13 empresas estudadas, assim como os dados relativos aos relatórios analisados em cada ano, bem como o setor de atividade ou atividade principal de cada empresa.

Tabela 1- Caracterização das Empresas da amostra

| <b>Grupo Empresarial/ Empresa cotada na Euronext (PSI-20)</b>                                                                                                                         | <b>Foco do Estudo/ Dados de Referência dos Relatórios de Sustentabilidade Analisados</b>                                    | <b>Setor de Atividade e Atividade Principal</b>                                                                                                                                                    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Altri, SGPS, S.A                                                                                                                                                                      | Dados do Relatórios de Sustentabilidade de 2017 a 2019<br>Demonstrações e Balanços Contabilísticos                          | Papel e Energia<br>Produção de pastas de eucalipto e na gestão florestal sustentável                                                                                                               |
| Corticeira Amorim S.G.P.S., S. A.                                                                                                                                                     | Dados do Relatórios de Sustentabilidade de 2017 a 2019<br>Demonstrações e Balanços Contabilísticos                          | Transformadora de Cortiça                                                                                                                                                                          |
| CTT - Correios de Portugal, S.A.<br>É constituída pelas seguintes empresas:<br>CTT Expresso, Payshop, CTT contacto e Banco CTT                                                        | Dados do Relatórios de Sustentabilidade de 2017 a 2019<br>Demonstrações e Balanços Contabilísticos                          | Transporte Industrial<br>Distribuição de Correio dentro e fora de Portugal                                                                                                                         |
| Energias de Portugal, S.A. (EDP)<br>É constituída pelas seguintes empresas:<br>EDP Gás, HC Energia<br>Naturgás, E-Redes<br>EDP Comercial, EDP Renováveis, EDP Brasil, SU Eletricidade | Empresa em estudo EDP<br>Dados do Relatórios de Sustentabilidade de 2017 a 2019<br>Demonstrações e Balanços Contabilísticos | Eletricidade<br>Produção, distribuição e comercialização de eletricidade, e comercialização de gás                                                                                                 |
| GALP Energia, SGPS, S.A.                                                                                                                                                              | Dados do Relatório e Contas 2017 a 2019<br>Demonstrações e Balanços Contabilísticos                                         | Indústria Transformadora<br>Exploração e produção de petróleo e gás natural, refinação e distribuição de produtos petrolíferos, distribuição e venda de gás natural e geração de energia elétrica. |
| Ibersol SGPS SA                                                                                                                                                                       | Dados do Relatórios de Sustentabilidade de 2017 a 2019<br>Demonstrações e Balanços Contabilísticos                          | Área da Restauração                                                                                                                                                                                |
| Jerónimo Martins SGPS, S.A.                                                                                                                                                           | Dados do Relatórios de Sustentabilidade de 2017 a 2019<br>Demonstrações e Balanços Contabilísticos                          | Retalho<br>Principais atividades: Distribuição Alimentar e do Retalho Especializado                                                                                                                |
| Mota-Engil SGPS, SA                                                                                                                                                                   | Dados do Relatórios de Sustentabilidade de 2017 a 2019<br>Demonstrações e Balanços Contabilísticos                          | Construção Civil<br>Principais setores de atividade: Engenharia e construção, Ambiente e serviços, Concessões de Transportes, Energia, Mineração e Turismo                                         |
| NOS, SGPS                                                                                                                                                                             | Dados do Relatórios e Contas 2017 A 2019<br>Demonstrações e Balanços Contabilísticos                                        | Telecomunicações<br>Comunicações e entretenimento de Portugal.                                                                                                                                     |
| Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.                                                                                                                                               | Dados do Relatórios e Contas de 2017 a 2019<br>Demonstrações e Balanços Contabilísticos                                     | Eletricidade<br>Transporte de eletricidade e de gás natural.                                                                                                                                       |

|                                                                                                                                                          |                                                                                                                                            |                                                                                                         |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Semapa- Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A<br>É constituída pelas seguintes empresas:<br>Grupo Secil, The Navigator Company, S.A e Grupo Etsa | Empresa em estudo: SEMAPA, SGPS, S.A<br>Dados do Relatórios de Sustentabilidade de 2017 a 2019<br>Demonstrações e Balanços Contabilísticos | Silvicultura e papel<br>Principais setores de atividade: pasta e papel, cimento e ambiente.             |
| Sonae SGPS, S.A<br>É constituída pelas seguintes empresas:<br>Sonae MC, Worten, ISRG, Sonae fashion, Sonae FS, Sonae IM, Sonae Sierra e NOS              | Empresa em estudo SONAE, SGPS, SA<br>Dados do Relatórios de Sustentabilidade de 2017 a 2019<br>Demonstrações e Balanços Contabilísticos    | Principais Atividades: Retalho, centros comerciais, telecomunicações, tecnologia e serviços financeiros |
| The Navigator Company                                                                                                                                    | Dados do Relatórios de Sustentabilidade de 2017 a 2019<br>Demonstrações e Balanços Contabilísticos                                         | Silvicultura e papel<br>Produtor integrado de floresta, pasta e papel, tissue e energia.                |

*Fonte: Elaboração Própria*

A análise dos relatórios emitidos por estas empresas, tem em conta a divulgação dos indicadores de desempenho da GRI, social e ambiental. Partindo da análise das fontes primárias (relatórios), o objetivo é encontrar e estudar o grau de divulgação desses indicadores, verificar se as empresas que apresentam um grau de divulgação superior são as que apresentam um melhor desempenho económico financeiro e, se de facto, a RSE influencia de uma forma positiva o desempenho económico da empresa ajudando a criar valor.

## 2.6 Análise e discussão dos resultados

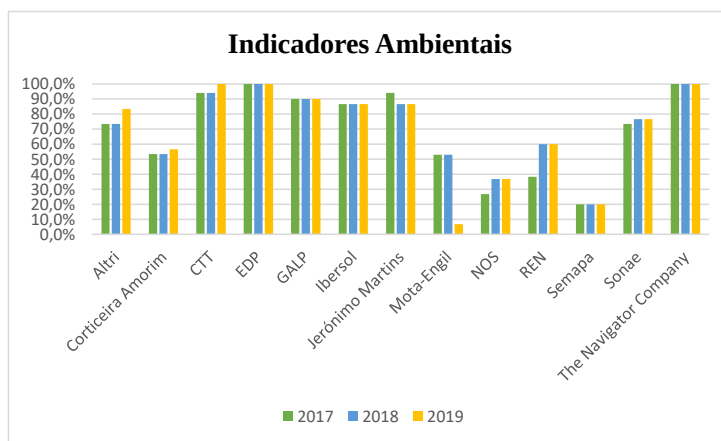
Ao longo dos anos as empresas começaram a divulgar aos seus *stakeholders* o seu desempenho ambiental e social. Assim, a partir da análise dos relatórios de Sustentabilidade e dos Relatórios e Contas, procurou-se analisar a divulgação das percentagens da informação ao nível dos dois indicadores a partir das orientações da GRI.

De seguida, com base nas demonstrações financeiras, analisaram-se os rácios económico-financeiros, de forma a perceber se a responsabilidade social pode influenciar os resultados financeiros de uma organização criando valor para a mesma

### 2.6.1 Desempenho Ambiental e Social

O indicador de desempenho Ambiental é o que apresenta uma maior taxa de divulgação e adesão por parte das 13 empresas do estudo. Este indicador respeita os impactos que a organização tem no ecossistema, englobando assim nesta divulgação seguintes aspetos: Materiais, Energia, Água, Biodiversidade, Emissões, Efluentes e Resíduos, Conformidade e Avaliação Ambiental dos Fornecedores.

Gráfico 1- Evolução da divulgação dos Indicadores Ambientais



Fonte: Elaboração própria

Fazendo uma análise do **gráfico 1**, em termos individuais a EDP é a empresa com uma maior percentagem de divulgação de indicadores Ambientais (100% nos três anos) juntamente com a The Navigator Company, de seguida os CTT, a GALP, a Ibersol e a Jerónimo Martins. Como referido, é importante que as organizações passem uma imagem para todos os seus *stakeholders*, de uma organização preocupada com o meio ambiente. A divulgação destes indicadores, surge de forma a aumentar a credibilidade da organização e, por isso, torna-se preocupante empresas como a Corticeira Amorim, a Mota-Engil, a NOS, a SEMAPA e a REN, divulgarem metade ou menos de metade dos indicadores.

Um exemplo do trabalho de sustentabilidade que a EDP tem vindo a desenvolver ao longo dos anos é o programa que a lançou em 2020 “Planeta Zero” que premeia as boas práticas sociais e ambientais dos portugueses, ou seja premeia quem tem um consumo responsável.

Também contribui para a prevenção do meio ambiente e da biodiversidade, promovendo a utilização de energias renováveis mais limpas e eficientes.

Já a Navigator Company tem em curso o projeto “Dá a mão à floresta” porque acredita que os mais novos são o público que pode fazer a diferença no planeta, além do projeto *Outgrowers* criado com o objetivo de ajudar os proprietários florestais a cuidar e a gerir os terrenos da melhor maneira. Com o projeto “*My Planet*”, um programa de descarbonização, que tem o objetivo de diminuir as emissões e os riscos climáticos, permitindo que a empresa fosse distinguida, como uma das empresas líderes no combate às alterações climáticas

Um dos projetos da GALP é o *Famukaba*, que promove a substituição de carvão vegetal e lenha, por gás butano na confeção de alimentos em famílias da Guiné-Bissau e o movimento “Terra de Esperança”, tem por missão ajudar na reflorestação das áreas ardidas e promover a preservação da floresta portuguesa.

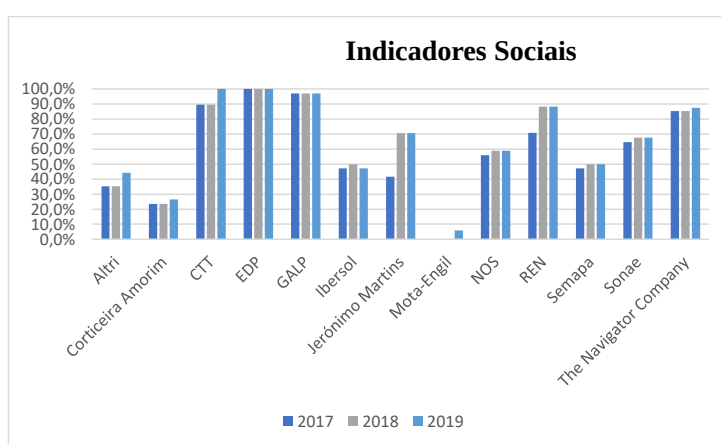
Os CTT também têm criado programas que ajudem na redução da pegada ecológica e que contemplem a racionalização dos consumos de combustível e eletricidade para redução de CO<sub>2</sub>, bem como dos consumos de água. Para além disto, os CTT apoiam dois projetos nacionais “a Conservação das Turfeiras” e “a Conservação dos bosques”, como dois internacionais ambos no Brasil, a “Utilização da biomassa renovável” e o “Projeto de reflorestação”.

A Ibersol, dá prioridade à redução da pegada ecológica adquirindo produtos nacionais, têm instalados equipamentos nas suas unidades que ajudem na poupança de água e eletricidade e contribuem para a economia circular pela redução de produtos descartáveis de base de plástico. A Jerónimo Martins, assim como a Ibersol, têm como prioridade o combate às alterações climáticas, a gestão responsável de resíduos e a escolha criteriosa dos materiais para a produção das embalagens.

Os indicadores Desempenho Social têm em conta os impactos que as organizações têm na comunidade onde estas estão inseridas, destacando a eliminação de desigualdades e de pobreza como também a proteção pelos Direitos Humanos. Deste modo está dividido em quatro aspetos: as Práticas laborais, a Saúde e Segurança no Trabalho, as Comunidades Locais e a Responsabilidade pelo Produto.

O mundo empresarial exige cada vez mais, uma preocupação com os colaboradores internos e externos e, por isso, as organizações tomam decisões que visam melhorar as suas condições de trabalho, as práticas laborais e a motivação. Os recursos humanos das organizações são vistos, nos dias de hoje, como o capital intelectual que estas possuem para obter melhores resultados.

*Gráfico 2- Evolução da divulgação dos Indicadores Sociais*



*Fonte: Elaboração própria*

Do ponto de vista individual de cada organização, é observável no **gráfico 2** que os CTT, a EDP, a GALP, respondem a 100% ou mais de 90% dos indicadores, também se destaca a The Navigator Company como das empresas com uma grande percentagem neste indicador. Enquanto a Altri, a Corticeira Amorim, e a Mota-Engil são as empresas que menos divulgam este tipo de informação.

A EDP aposta em ações que valorizem os seus Recursos Humanos, como as formações, qualidade de trabalho, um bom clima organizações, de forma a motivar os seus colaboradores, melhora as condições de saúde e segurança no trabalho, promove a igualdade de oportunidades, sendo que é das empresas que mais considera os Direitos Humanos em todas as questões relacionadas com o trabalho.

A GALP relativamente aos programas sociais, ajuda a promoção de educação através de um programa educativo *APPS for Good*, que desafia alunos a criarem uma app que contribua para a resolução de um problema na comunidade escolar, entre outros. Além de ter como

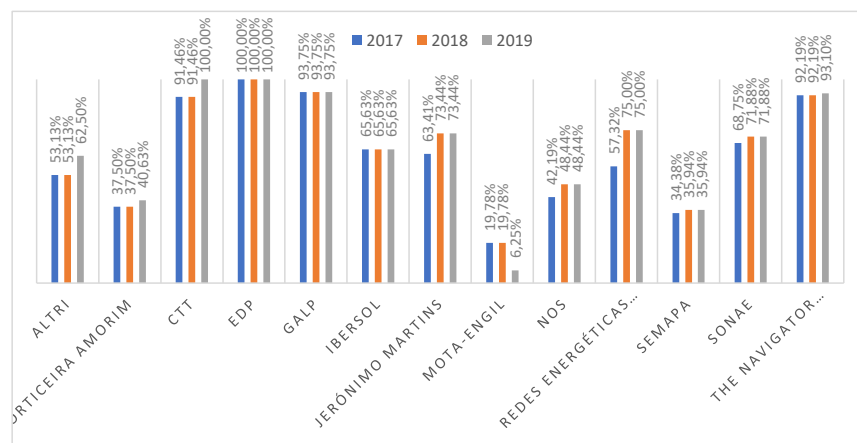
objetivo apostar no seu capital humano recompensando-o e reconhecendo-o, também atua de forma a reduzir as desigualdades de oportunidades e a discriminação.

Uma das políticas mais reconhecidas dos CTT é “Programa Somar para Dividir”, onde os trabalhadores doam roupas, livros, alimentos que são entregues a instituições. Além de priorizarem os seus recursos humanos, investindo em formações, qualificações, benefícios de saúde e subsídios para apoiar os estudos dos filhos dos seus colaboradores, entre outros.

A Navigator Company contempla um projeto chamado “Comunidades”, que promove o relacionamento com as comunidades em que a organização está inserida com apoios e donativos, potenciando o reconhecimento da empresa. Estimula o relacionamento com os seus *stakeholders*, de maneira a recolher sugestões para melhorias futuras.

As empresas mostram uma crescente adesão no que se refere à divulgação das práticas sociais e ambientais. Podemos observar através do **gráfico 3** onde se apresenta evolução do número de indicadores divulgados pelas 13 empresas ao longo do período em análise, onde a publicação dos relatórios com os respetivos indicadores de desempenho ambiental e social passou a assumir uma maior importância no portfólio daquelas empresas.

*Gráfico 3- Evolução do número total de indicadores divulgados*



*Fonte: Elaboração própria*

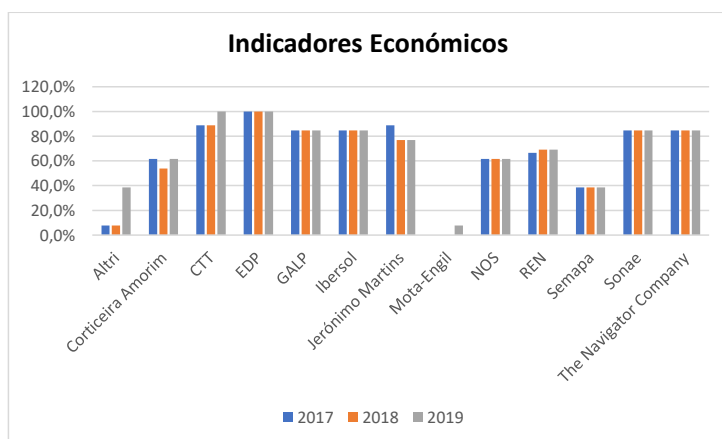
As organizações da amostra, quantificam os seus impactos na sociedade e, por isso, transmitem uma imagem positiva aos seus *stakeholders*. Com o aumento da pressão pública, a adoção das práticas de RSE, passaram a fazer parte de uma visão de longo prazo por parte das organizações. As preocupações ambientais e sociais obrigam a que as empresas adotem sistemas que consideram essenciais focadas par no bem comum da sociedade em geral e dos seus *stakeholders*.

Desta forma, sendo que cada vez mais é a sociedade que define o sucesso de um negócio, é importante perceber que incluir ações de responsabilidade social nas organizações, só pode ser justificável se estas forem benéficas e se gerarem valor (Lattanzio e Litov, 2019)

### 2.6.2 Desempenho Económico-financeiro

No que refere ao reporte do desempenho económico, podemos verificar que, segundo a GRI (2016), as organizações, independentemente de utilizarem a GRI 4 ou a GRI Standards devem fazer referência aos seguintes aspetos: Desempenho Económico, Presença no Mercado, Impactos Económicos Indiretos e Práticas de Compra.

Gráfico 4- Evolução da divulgação dos indicadores económicos



Fonte: Elaboração própria



Como podemos observar a partir do **gráfico 4**, fazendo uma análise individual, pode-se afirmar a divulgação dos indicadores económicos GRI também têm crescido ao longo dos anos.

Fazendo a correlação, entre a percentagem dos indicadores divulgados por parte das organizações e os indicadores económico-financeiros escolhidos, as correlações esperadas seriam:

- Quanto maior índice de divulgação de RSE, maior a rentabilidade dos ativos (ROA) e dos capitais próprios (ROE), ou seja, correlação positiva;
- Quanto menor o índice de divulgação de RSE, maior o rácio de endividamento da empresa, correlação negativa,
- Quanto maior o índice de divulgação de RSE, maior a rentabilidade das vendas, correlação positiva).

Isto porque, quanto maior for ROA e o ROE mais propensas as organizações estão em divulgar informação sustentável, de maneira a aumentar a procura por parte dos seus *stakeholders*, e naturalmente os seus resultados financeiros aumentem. Friede, Busch e Bassen (2015) defendem que o desempenho social e ambiental não tem uma relação negativa com o desempenho financeiro empresarial, e que o impacto positivo do desempenho da RS no desempenho financeiro empresarial irá estabilizar gradualmente ao longo do tempo.

Isso justificar-se pelo facto de as Empresas quererem demonstrar à Sociedade que os seus lucros são obtidos justamente e que são «boas cidadãs», isto é, transmitirem a melhor imagem possível junto da sociedade. Contrariamente, Zhu (2009), mostrou que o desempenho empresarial diminui com o cumprimento da responsabilidade social empresarial para a maioria das empresas.

Relativamente ao nível de endividamento da empresa, as opiniões também são contrárias. Amron, Bin e Hassan (2009) defendem que quanto maior for o nível de endividamento de uma organização maior é a necessidade de ela divulgar informações de maneira a melhorar a sua reputação e conseguir uma melhor. Os autores sugerem que quando as empresas têm um elevado nível de endividamento, os credores podem exigir um maior nível de divulgação da informação, de forma a evidenciar os riscos que correm.

Porém, também há quem acredite que quanto maior for o nível de endividamento menor é a divulgação das ações de cariz social e ambiental por parte das empresas, sendo que estas se devem proteger e não expor o risco financeiro Margolis, Elfenbein, e Walsh (2009) justificam que constataram que as empresas mais endividadas são menos transparentes em relação à divulgação de informação sobre RSE.

O rácio de rentabilidade das vendas, é escolhido para analisar se realmente as empresas ao passarem uma imagem sustentável de que têm um desempenho socialmente responsável, estão a gerar lucro económico. Porém, uma iniciativa de responsabilidade social não se traduz automaticamente num benefício económico para uma organização, uma vez que, quaisquer benefícios deriváveis serão baseados na avaliação dos consumidores de tais iniciativas no que se refere às atividades da empresa. (Hou, 2019).

O coeficiente de correlação Pearson, mede o grau de correlação entre duas variáveis, com valores situados entre -1 e 1. Quanto mais próxima a correlação estiver de 1, significa que as duas variáveis variam na mesma direção, uma cresce e a outra também, ou seja, maior é a evidência entre o desempenho de RSE e o desempenho económico-financeiro.

No caso das 13 empresas portuguesas cotadas, não há uma evidência concreta que a quantidade de informação divulgada sobre o relato de sustentabilidade, tenha uma influência positiva ou negativa no desempenho económico-financeiro das organizações. Observando a **tabela 1**, onde estão representadas as correlações entre o número de indicadores divulgados e os rácios económico-financeiros, não podemos afirmar que o desempenho da RS influência, de forma positiva ou negativa, o desempenho económico das organizações, porque os resultados não foram evidentes e significativos, como passaremos a demonstrar na tabela seguinte.

**Comentado [AB1]:** No meu computador aparece dois quadrados. Ver!!!

*Tabela 1- Correlações entre os indicadores de RSE e os indicadores económico financeiros*

| Empresa               | Correlação com o ROA | Correlação com o Rácio das Vendas | Correlação com ROE | Correlação com o Rácio de Endividamento |
|-----------------------|----------------------|-----------------------------------|--------------------|-----------------------------------------|
| Altri                 | -0,63703             | -0,56077                          | -0,63277           | 0,755929                                |
| Corticeira Amorim     | -0,97073             | -0,99124                          | -1                 | -0,87652                                |
| CTT                   | -0,35921             | 0,665771                          | 0,990817           | 0,866025                                |
| EDP                   | -1                   | -0,98707                          | -0,99761           | 0,838628                                |
| GALP                  | 0,146852             | 0,310228                          | -0,00916           | -0,64309                                |
| Ibersol               | 0,740613             | 0,810885                          | 0,872816           | -0,38555                                |
| Jerónimo Martins      | -0,46474             | -0,5                              | -0,18898           | 0,591394                                |
| Mota-Engil            | 0,381246             | 0,409644                          | -0,53414           | -0,84743                                |
| NOS                   | 0,944911             | 1                                 | 0,904194           | -0,51351                                |
| REN                   | -1                   | -0,95632                          | -0,94491           | -0,82779                                |
| Semapa                | -0,41931             | -0,3674                           | -0,44925           | -0,99485                                |
| Sonae                 | -0,24019             | 0,814152                          | -0,96077           | -0,02886                                |
| The Navigator Company | -0,99206             | -0,98533                          | -0,81839           | 0,963318                                |

*Fonte: Elaboração própria*

Concretizando, como a tabela mostra, não se verifica uma correlação significativa na maior parte das empresas. No caso da EDP e da The Navigator Company, por exemplo, a correlação entre o número de indicadores ambientais e sociais divulgados com o ROA, o Rácio das Vendas e ROE é negativa e muito próxima de -1, o que significa que estas duas variáveis não crescem da mesma maneira. Contudo, a EDP é considerada a empresa mais responsável divulgando 100% dos indicadores GRI nos três anos analisados nas vertentes ambientais e sociais. A correlação com o Rácio de Endividamento é positiva, contrariamente ao esperado.

Da mesma forma os CTT's caracterizados como das 13 empresas da amostra que mais divulgam os seus indicadores de RSE e socialmente mais responsáveis, apresentam uma correlação positiva e próxima de 1 com os indicadores contabilísticos, com o ROE, o Rácio de Endividamento (não esperado) e o Rácio das Vendas. O Rácio de Rentabilidade dos Ativos, apresentam uma correlação negativa.

As únicas empresas com os resultados esperados são a Ibersol e a NOS, com o ROA, o Rácio das Vendas e o ROE positivo e, com o Rácio de Endividamento negativo. No entanto, estas duas empresas apesar de serem socialmente responsáveis, não são das que mais divulgam o desempenho ambiental e social,

Uma possível explicação de acordo com Yang (2016) reside no momento da análise, pode haver uma relação negativa de curto prazo, mas a relação positiva de longo prazo que acabará por dominar. Também Blasi, Caporin e Fontini (2018), acreditam que o envolvimento em atividades de RSE pode ter um custo e também pode gerar benefícios, e esses dois componentes podem mudar com o tempo.

Deste modo não podemos avaliar se uma empresa socialmente responsável é aquela que apresenta melhor desempenho económico porque as empresas alvo de estudo foram caracterizadas como responsáveis, mas não apresentam correlações positivas entre as variáveis económico-financeiras e o desempenho social e ambiental em todas elas. Também Margolis e Walsh (2009), nos seus estudos, descobriram que as relações entre estas duas variáveis podem ser mistas, ou seja, podem ser ou não ser estatisticamente significativas.

Hou (2019) observa que as organizações dedicam recursos significativos às atividades de RSE e os implementam como um estímulo inovador para a criação de valor, preservação e um meio de responder às mudanças na cultura das partes interessadas.

Por fim, importa acrescentar que as organizações, as organizações, bem como os seus *stakeholders*, dão cada vez mais importância à informação não financeira, visto que são influenciadas por inúmeros fatores que não estão diretamente relacionados com criação a lucro. Assim, a sustentabilidade aliada à estratégia da empresa tornou-se uma forma de criar valor e avaliar o desempenho de uma organização. Conjugando os fatores sociais e ambientais com os interesses económico-financeiros, ajuda de certa forma os *stakeholders*, não só a compreender e avaliar o impacto que estas variáveis têm na criação de valor, mas também a avaliar se existe efetivamente criação de valor compartilhado entre estes dois grupos de variáveis.

## Conclusão

---

O crescente interesse, por parte das organizações, em se distinguirem e ganharem vantagens às suas concorrentes, fez com que estas investissem nas áreas de sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável. A divulgação da informação não financeira é por isso um tema em constante evolução, de modo que as empresas divulgam este tipo de informação de forma voluntária através dos Relatórios de Sustentabilidade ou dos Relatórios e Contas.

O presente estudo teve como objetivo principal analisar a relação entre o desempenho ambiental e social, e o desempenho económico-financeiro, de forma a verificar se existe uma relação entre estas duas variáveis. Utilizaram-se como base para este estudo os Relatórios de Sustentabilidade e os Relatórios de Contas emitidos pelas empresas do cotadas no *PSI-20* da *Euronext* Lisboa, assim como as Demonstrações Financeiras das mesmas, relativamente ao período entre 2017 e 2019.

As variáveis ambientais e sociais foram calculadas através dos indicadores GRI (GRI 4 e GRI Standards) que são atualmente a metodologia mais utilizados nos relatórios de sustentabilidade para garantir que as informações não financeiras sejam seguras e fidedignas. A GRI, a partir das suas diretrizes, criou uma linguagem comum para todas as organizações e, por isso, melhora a comparabilidade a nível global, tornando todas informações divulgadas mais transparentes e responsáveis. A mensuração desta variável de RSE, permitiu a avaliação das percentagens de divulgação dos indicadores ambientais e sociais das 13 empresas da amostra.

As variáveis económico-financeiras foram analisadas através das demonstrações financeiras, utilizando os seguintes indicadores contabilísticos: o ROA, o rácio da Rentabilidade das Vendas, o ROE e o Rácio de Endividamento. Estes indicadores foram escolhidos por se tratar de rácios que permitem entender o desempenho económico das empresas do estudo.

Os resultados desta investigação indicam que há uma tendência positiva para a adoção das práticas de responsabilidade social nas empresas, contudo os resultados do estudo relativamente à relação da RSE com o desempenho económico financeiro não foram conclusivos.

Analisando a divulgação de informação não financeira, entendemos que tem havido uma constante adesão, ao longo dos três anos por parte das empresas da amostra, em divulgar este tipo de informação. A EDP, a The Navigator Company, os CTT, a GALP a Ibersol e a

Jerónimo Martins são as organizações que mais divulgam os seus indicadores ambientais, dando resposta a 80% ou mais destes aspetos.

Estas organizações compreendem a importância na divulgação deste tipo de informação, uma vez que ajuda a aumentar a legitimidade e a aumentar a diferenciação, por isso, investem em projetos de Sustentabilidade de modo a gerar benefícios. Exemplos desses programas de Sustentabilidade é o “Planeta Zero” criado pela EDP, que premeia as boas práticas sociais e ambientais dos portugueses; o “My Planet” criado pela The Navigator Company, com o objetivo de diminuir as emissões e os riscos climáticos; “Terra de Esperança”, criado pela GALP que tem por missão ajudar na reflorestação das áreas ardidas e promover a preservação da floresta portuguesa, entre outros.

A divulgação dos indicadores sociais, também aumentou ao longo dos três anos. A EDP, a GALP e o CTT, continuam a ser das organizações com maior percentagem de divulgação (mais de 90%). A EDP tem projetos que valorizam os seus Recursos Humanos (formações, condições de saúde e segurança no trabalho, entre outras), sendo considerada uma das empresas que mais importância dá às questões relacionadas com os Direitos Humanos. A Galp, através de um programa *APPS for Good*, desafia estudantes a serem criativos e a criarem uma APP. Por fim, os CTT, têm o “Programa Somar para Dividir”, que ajuda nas doações a instituições.

Fazendo uma análise dos resultados encontrados a partir do índice de divulgação de RSE, observamos que a Responsabilidade Social, passou a fazer parte da visão e da estratégia das empresas a longo prazo. Quando uma organização investe em RSE e faz a sua divulgação, está a adotar valores e a trabalhar com transparência, por isso está a transmitir valores éticos a todos os seus *stakeholders*. Para além disso as empresas não investiam neste tipo de ações se estas não fossem benéficas e não gerassem valor a longo prazo.

Ao nível da correlação entre o nível de informação de RSE divulgada e o desempenho económico, não se verificaram as correlações esperadas. A correlação entre o índice de RSE e o ROA, o ROE e o Rácio de Rentabilidade das Vendas deveria ser positiva, quanto maior o índice de RSE, maior seria a rentabilidades destes três indicadores contabilísticos. Contrariamente, quanto menor o índice de RSE, maior será o rácio de endividamento da empresa e, por isso, espera-se uma correlação negativa.

Verificam-se as correlações esperadas em empresas como a Ibersol e a NOS, que apesar de serem empresas consideradas socialmente responsáveis, não são das que obtiveram uma maior percentagem de divulgação no índice de RSE.

Por isso, apesar das empresas do estudo serem praticamente todas consideradas como responsáveis, não podemos afirmar que uma empresa socialmente responsável é também aquela que obtém melhores resultados económico-financeiros.

Uma possível explicação, poderá residir no período escolhido para análise, ou seja, a curto prazo os resultados podem não corresponder ao esperado, mas a longo prazo poderá existir uma relação positiva entre estas duas variáveis, criando valor e gerando benefícios para as organizações. Por isso, os investimentos das empresas em RSE, podem não ter um retorno imediato, mas têm um impacto positivo e podem contribuir para o desenvolvimento sustentável na sociedade onde se inserem.

Os resultados encontrados, mostram que as organizações, ao formularem uma boa estratégia em Responsabilidade Social, podem ganhar notoriedade, visibilidade e vantagem competitiva. Para além disso, também podem promover a rentabilidade e ajudar na criação de valor, de facto a estratégia da empresa pode ser vista como a capacidade que esta tem, em conciliar os benefícios financeiros com os objetivos ambientais e sociais.

É possível que as empresas, conjuguem estes dois interesses, o interesse da sociedade onde estão inseridas, com os seus interesses económicos, isto porque, o poder que elas têm é lhes atribuído pela sociedade e só conjugando os seus interesses com os de todos os seus *stakeholders*, conseguem agregar valor e sobreviver num mercado tão competitivo.

Uma das dificuldades encontradas nesta investigação, prende-se com o número reduzido de empresas consideradas para a amostra. Esta limitação está relacionada com a definição do objetivo de estudo: investigar de que forma a RSE influencia a criação de valor nas organizações cotadas no *PSI-20* da *Euronext* Lisboa.

A segunda limitação, está associada ao número de anos escolhido para análise. Aumentar o horizonte temporal poderá ajudar a obter resultados concretos e ajudará a formular uma conclusão mais clara. Também seria interessante incluir outras variáveis, como o Tamanho da Empresa, Setor de Atividade das Empresas, os investimentos em matérias de sustentabilidade, entre outros.



De modo a suprir essas lacunas, seria relevante aumentar o período de análise, aumentar o número das empresas na amostra, assim como as variáveis económico-financeiras. Como tal, sugere-se o desenvolvimento de um novo estudo tendo em consideração esta redefinição.

## Referências Bibliográficas

---

Adams C.; Muir, S., Hoque, Z. (2014). Measurement of sustainability performance in the public sector. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 5, 46 – 67

Abernathy J., Stefaniak C., Wilkins A., Olson J. (2017). Literature review and research opportunities on credibility of corporate social responsibility Reporting. *American Journal of Business*, 32-41

Ali W., Frynas J.G., Mahmood Z. (2017). Determinants of the disclosure of Corporate Social Responsibility (CSR) in developed and developing countries: A Literature Review. *Corporate Social Responsibility Environment Management*, 24, pp. 273 - 294

Altinay, L., Sigala. M., Waligo. V. (2016). *Social value creation through tourism enterprise. Tourism Management*, Vol.54, 404-417

Amran, A., Bin, A. M., & Hassan, B. C. (2009). Risk reporting: An exploratory study on risk management disclosure in Malaysian annual reports. *Managerial Auditing Journal*, 39– 57

Asemah, E. S., Okpanachi, R. A., Edegoh, L. O. N. (2013). Business Advantages of Corporate Social Responsibility Practice: A Critical Review. *New Media and Mass Communication*, Vol.18, 45-55

Barkemeyer, R., Preuss, L., Lee, L. (2015). On the effectiveness of private transnational governance regimes—Evaluating corporate sustainability reporting according to the Global Reporting Initiative. *Journal of World Business*, 50, pp 312-325

Bebbington, J., Higgins, C., & Frame, B. (2009). Iniciando relatórios de desenvolvimento sustentável: evidências da Nova Zelândia. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 22 (4), 588–625

Blasi, S.; Caporin, M.; Fontini, F. (2018). A Multidimensional Analysis of the Relationship Between Corporate Social Responsibility and Firms' Economic Performance. *Ecological Economics*, Vol 147

Branco, M.C., Rodrigues, L.L. (2006) Corporate Social Responsibility and Resource-Based Perspectives. *Journal of Business Ethics* 69, 111–132

Brown, H. S., Jong, M., Levy, D. L. (2009). Building institutions based on information disclosure: lessons from GRI's sustainability Reporting. *Journal of Cleaner Production* 17 (2009) 571–580

Bryman, A. (2004). Quantity and quality in social research. *New York: Routledge*.

Boechat, A C.; Barreto, A M. (2018). A conceptual reflection about Corporate Social Responsibility and its relationship with Strategic Communication. *Media and Jornalismo*, Vol. 18, 25-41

Boiral, O. (2013). Sustainability reports as simulacra? A counter-account of A and A + GRI reports. Accounting, Auditing & Accountability. *Journal*, Vol. 26 N°. 7, pp. 1036-1071

Bowen, H. R. (1953). Social responsibilities of the businessman. *New York: Harper*

Burke, L., Logsdon, J. M. (1996) How Corporate Social Responsibility Pays Off. *Long Range Planning*, 29, 495–502

Calveras, A., Ganuza, J. J. (2018). Corporate social responsibility and product quality. *Journal of Economics and Management Strategy*, 27, 804-829

Campo, J. I. C., Lorenzo, C. I. M. L., Castaño, A. M. (2019). La transparencia sobre Responsabilidad Social Corporativa y su implicación con el comportamiento económico financiero: efectos en las empresas de Economía Social. *Revista de Estudios Cooperativos*, 132, 122-143

Carroll, A. B. (1991). The Pyramid of Corporate Social Responsibility: Toward the Moral. *Management of Organizational Stakeholders. Business Horizons*, 34(4), 39-48

Colle, S., Henriques, A., Sarasvathy, S. (2014). The Paradox of Corporate Social Responsibility Standards. *Journal of Business Ethics*, 125:177–19

Comissão das Comunidades Europeias (2004); *Para uma Estratégia Temática sobre Ambiente Urbano; Comissão Europeia; Bruxelas*

Comissão Europeia (2001). Livro Verde para Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas

Corrêa, R., Ribeiro, H. C. M. (2020). EVOLUTION OF THE GLOBAL REPORTING INITIATIVE - GRI SUSTAINABILITY REPORT: 20 YEARS OF APPLICATION. *Amazon, Organizations and Sustainability* v.9, 2020, p.294-311

Costa, M. A. N., Santos M. J., Seabra, F. M., Jorge, F. (2011). Responsabilidade Social: Uma Visão Ibero-Americana. *Edições Almedina*

Dhaliwal, D., Li, O. Z., Tsang, A., & Yang, Y. G. (2014). Corporate social responsibility disclosure and the cost of equity capital: The roles of stakeholder orientation and financial transparency. *Journal of Accounting and Public Policy*, 33(4), 328– 355

David, K. (1975). Social Responsibility is Inevitable. Article Information. Vol.: 19 issue: 1, page(s): 14-20

Dawkins, J., Lewis, S. (2003), CSR in Stakeholder Expectations: and their Implication for Company Strategy, *Journal of Business Ethics* 44: 185–193

Fatami, A., Fooladi, I., Theranian, H. (2015). Valuation effects of corporate social responsibility. *Journal of Banking & Finance*, 59, 182-192

Falkenberg, J., Petter, B. (2011). Corporate Social Responsibility: A Strategic Advantage or a Strategic Necessity? *Jornal Business Ethics*, 99, 9–16

Farrington, T., Curran, R., Gori, K., Gorman, K. D., Queenan, Q. J. (2017). Corporate Social Responsibility: reviewed, rated, revised. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, 29, pp. 30 – 47

Fernandez-Feijoo, B., Romero, S., Ruiz, S. (2014). Commitment to corporate social responsibility through global reporting: Factors that affect the behavior of companies. *Journal of Cleaner Production*, 81, pp. 244 – 254

Freeman, E. (1984). Strategic Management: A Stakeholder Approach. Boston: Pitman

Friede, G, Busch, T, Bassen, A. (2015). Corporate social responsibility and financial performance: aggregated evidence from more than 2000 empirical studies. *Journal of Sustainable Finance & Investment*, 5 (4), pp. 210-233

García-Sánchez, I. M., Hussain, N., Martínez-Ferrero, J., Ruiz-Barbadillo, E. (2019). Impact of disclosure and assurance quality of corporate sustainability reports on access to finance. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*

Global Reporting Initiative (GRI) (2002). Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade. *GRI, Amsterdão*

Global Reporting Initiative (GRI) (2006). Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade. *Versão 3.0. Amsterdão. 2000-2006.*

Global Reporting Initiative (GRI) (2016). Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade. *Amsterdão.*

González-Rodríguez, M. R., Díaz-Fernández, M, C., Simonetti, B. (2015). The social, economic and environmental dimensions of corporate social responsibility: The role played by consumers and potential entrepreneurs. *International Business Review Vol. 24, 836-848*

Guadaño, F. J., Sarria-Pedroza, H. J. (2018). Impact of Corporate Social Responsibility on Value Creation from a Stakeholder Perspective. *Multidisciplinary Digital Publishing Institute (MDPI)*, 10, 1-10

Halkos, G., Nomikos, S. (2021). Corporate social responsibility: Trends in global reporting initiative standards. *Economic Analysis and Policy. Vol. 69,106-117*

Haque, F. (2017). The effects of board characteristics and sustainable compensation policy on carbon performance of UK firms. *The British Accounting Review*, 49(3), 347– 364

Hartoyo, M. A., & Jo, H. (2015). Legal vs. normative CSR: Differential impact on analyst dispersion, stock return volatility, cost of capital, and firm value. *Journal of Business Ethics*, 128(1), 1– 20

Hasan, M. (2014). ISO 14000 and Its Perceived Impact on Corporate Performance. *Business and Management Horizons 2*

Hawn, O., Chatterji, A. K., & Mitchell, W. (2018). Do investors value sustainability? New evidence from investor reactions to the Dow Jones Sustainability Index (DJSI). *Strategic Management Journal*, 39(4), 949– 976

Hill, M. e Hill, A. (2002). *Investigação por Questionário. (2ªEd.). Lisboa: Edições Sílabo*

Husted, B. W., Allen, D, B. (2009) Strategic Corporate Social Responsibility and Value Creation: A Study of Multinational Enterprises in Mexico. *Management International Review* 49, 781–799

Hou, T. C. T. (2019) The relationship between corporate social responsibility and sustainable financial performance: firm-level evidence from Taiwan. *Corporate Social Responsibility. Environonment. Management.*, 26 (1) (2019), pp. 19-28

Ioannou, I., & Serafeim, G. (2015). The impact of corporate social responsibility on investment recommendations: Analysts' perceptions and shifting institutional logics. *Strategic Management Journal*, 36(7), 1053– 1081

Kadlhubek, M. (2015). The Essence of Corporate Social Responsibility and the Performance of Selected Company. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, Vol. 213, 509-51

Lattanzio, G.; Litov, L. (2019). Does competing through corporate social responsibility engagements lead to superior financial performance? *SMU Cox School of Business working paper*

Leandro, A., Rebelo, T. (2011). A responsabilidade social das empresas: incursão ao conceito e suas relações com a cultura organizacional. *Exedra: Revista Científica*, nº1, 11-40.

Levitt, T. (1958), “The dangers of social responsibility”. *Harvard Business Review*, Vol. 36, N. ° 5, pp. 41-50

Lopes, A., Leal, S. (2017). Responsabilidade Social numa organização Económica Social: o caso do Centro Social da Quinta do Anjo. *Revista da UIIPS –Unidade de Investigação do Instituto Politécnico de Santarém*, Vol. 5, pp. 15-30

Magd, H., Nabulsi, F. (2012). The Effectiveness of ISO 9000 in an Emerging Market as a Business Process Management Tool: the case of the UAE. *Procedia Economics and Finance*, 3, 158 – 165

Margolis, J. D.; Elfenbein, H. A.; Walsh, J. P. (2009). Does it pay to be good and does it matter? A meta-analysis of the relationship between corporate social and financial performance. *Unpublished Manuscript*

Maynard, D. C., Vidigal, M. D., Farage, P., Zandonadi, R. P., Nakano, E. Y., and Botelho, R. B. A (2020). Environmental, Social and Economic Sustainability Indicators Applied to Food Services: A Systematic Review. *Multidisciplinary Digital Publishing Institute*

Monteiro, D. E. F. (2017). The importance of corporate social responsibility in companies. *Comunicación y Medios*

Newman, C., Rand, J., Tarp, F., Trifkovic, N. (2020). Corporate Social Responsibility in a Competitive Business Environment. *THE JOURNAL OF DEVELOPMENT STUDIES*, 56, 1455-1472.

Olanipekun, A. O., Omotayo, T., Saka, N. (2021). The state of corporate social responsibility practice in the construction sector. *Review of the Use of Corporate Social Responsibility (CSR) Tools*. Vol. 27, 425-435

Palmer, C., Bolderston, A., A Brief Introduction to Qualitative Research. *The Canadian journal of medical radiation technology*, 37, 16-19.

Pearce, J. A., Doh, J.P. (2005). O alto impacto das iniciativas sociais colaborativas. *MIT Sloan Management Review*, 46 (3), 29-39.

PORTER, M. E.; Kramer, M. R. (2006). Creating Shared Value. *Harvard Business Review*, 89 62–77

Ramzan, M., Amin, M., Abbas, M. (2021). How does corporate social responsibility affect financial performance, financial stability, and financial inclusion in the banking sector? Evidence from Pakistan. *Research in International Business and Finance*, 55

Roca, L. C., Searcy, C. (2012). An analysis of indicators disclosed in corporate sustainability reports. *Journal of Cleaner Production*, Vol. 20, Pag 103-118

Rudakova, E. N., Pashentsev, D. A., Myrzalimov, R. M., Alpatov, Y. M., & Baranov, V. A. (2019). *Corporate social responsibility. Espacios*, 40 (22).

SANTOS, M. J. N.; SILVA, J. L. A, SAMPAIO, J. J., HENRIQUES, P. L.; EUSÉBIO, C.(2005). Desenvolvimento sustentável e responsabilidade empresarial. *Oeiras: Celta Editora*. (2005)

Searcy, C., Buslovich, R. (2014). Expectativas empresariais no Desenvolvimento e Uso de Relatórios de Sustentabilidade. *Jornal Business Ethics* 121, 149–169

Siew, R. (2015) A review of corporate sustainability reporting tools (SRTs). *Journal of environmental management*, 164, pp. 180-195

Singh, K., Misra. M. (2020). How to bring positive societal change through Corporate Social Responsibility (CSR)? Modeling the social responsible enablers using ISM-MICMAC. *IEEE Technology & Engineering Management Conference (TEMSCON)*, pp. 1-6,

SINGH, Shruti. (2014). Impact of corporate social responsibility disclosure on the financial performance of firms in UK. *University of Twente*.

Traxler,A,A., Greiling, G., Hebesberger.H. (2018). GRI Sustainability Reporting by INGOs: A way forward for improving accountability. *International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations* pp. 1-17

Truant, E., Corazza, L., Scagnelli, S. D. (2017). Sustainability and Risk Disclosure: An Exploratory Study on Sustainability Reports. *MDPI*

Vilanova, M., Lozano, JM, & Arenas, D. (2009). Explorando a natureza da relação entre RSE e competitividade. *Journal of Business Ethic*

Wójcik, P. (2016). How Creating Shared Value Differs From Corporate Social Responsibility. *Journal of Management and Business Administration. Central Europe*, 24, 32-55



Yang, S.L (2016).Corporate social responsibility and an enterprise's operational efficiency: considering competitor's strategies and the perspectives of long-term engagement. *Quality and Quantitative.*, 50 (6) (2016), pp. 2553-2569

Yin. R. K. (2008). Case study research. *Thousands Oaks, CA: Sage*

Zhu, Y. (2009). Empirical test on the relationship between corporate social responsibility and financial performance. *Economic Research*, 7, pp. 135-137

## APÊNDICES

**APÊNDICE I- Empresas em estudo conforme a GRI**

| Empresa                            | 2015 | 2016          | 2017          | 2018          | 2019          |
|------------------------------------|------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| <b>The Navigator Company</b>       | G4   | GRI Standards | GRI Standards | GRI Standards | GRI Standards |
| <b>Semapa</b>                      | -    | -             | GRI Standards | GRI Standards | GRI Standards |
| <b>SONAE</b>                       | G4   | G4            | GRI Standards | GRI Standards | GRI Standards |
| <b>Redes Energéticas Nacionais</b> | G4   | G4            | G4            | GRI Standards | GRI Standards |
| <b>Mota-Engil</b>                  | -    | G4            | G4            | G4            | GRI Standards |
| <b>Jerónimo Martins</b>            | -    | -             | G4            | GRI Standards | GRI Standards |
| <b>Ibersol</b>                     | G3   | G3            | GRI Standards | GRI Standards | GRI Standards |
| <b>GALP Energia</b>                | G4   | G4            | GRI Standards | GRI Standards | GRI Standards |
| <b>EDP Energias de PT</b>          | G4   | G4            | GRI Standards | GRI Standards | GRI Standards |
| <b>EDP Renováveis</b>              | -    | -             | -             | -             | -             |
| <b>CTT</b>                         | G4   | G4            | G4            | G4            | G4            |
| <b>CORTICEIRA AMORIM</b>           | G4   | GRI Standards | GRI Standards | GRI Standards | GRI Standards |

|                                  |    |               |                         |                      |                      |
|----------------------------------|----|---------------|-------------------------|----------------------|----------------------|
| <i>Altri</i>                     | -  | -             | <b>GR GRI Standards</b> | <b>GRI Standards</b> | <b>GRI Standards</b> |
| <i>NOS</i>                       | -  | -             | <b>GRI Standards</b>    | <b>GRI Standards</b> | <b>GRI Standards</b> |
| <i>Banco Comercial Português</i> | G4 | GRI Standards | <b>GRI Standards</b>    | <b>GRI Standards</b> | <b>GRI Standards</b> |
| Pharol SGPS                      | -  | -             | -                       | -                    | -                    |
| Nova Base SGPS                   | -  | -             | -                       | -                    | -                    |
| Ramada                           | -  | -             | -                       | -                    | -                    |

**APÊNDICE II- Evolução do número de aspetos e indicadores das dimensões de desempenho das GRI**

| GRI                     | Dimensão Económica |             | Dimensão Ambiental |             | Dimensão Social |             | Total Indicadores |
|-------------------------|--------------------|-------------|--------------------|-------------|-----------------|-------------|-------------------|
|                         | Aspetos            | Indicadores | Aspetos            | Indicadores | Aspetos         | Indicadores |                   |
| <b>3 (2006)</b>         | 3                  | 9           | 9                  | 30          | 4               | 40          | 79                |
| <b>3.1(2011)</b>        | 3                  | 9           | 9                  | 30          | 4               | 45          | 84                |
| <b>4 (2013)</b>         | 4                  | 9           | 12                 | 34          | 4               | 48          | 91                |
| <b>Standards (2016)</b> | 6                  | 13          | 8                  | 30          | 4               | 34          | 77                |
| <b>Standards (2018)</b> | 6                  | 13          | 8                  | 32          | 4               | 40          | 85                |
| <b>Standards (2019)</b> | 7                  | 17          | 8                  | 32          | 4               | 40          | 89                |
| <b>Standards (2020)</b> | 7                  | 17          | 8                  | 32          | 4               | 40          | 89                |

### APÊNDICE III- Categorias, aspetos e indicadores essenciais da GRI

| Indicador (GRI4 2013) | Aspetos                            | Código do Indicador                                    |
|-----------------------|------------------------------------|--------------------------------------------------------|
| Económico             | Desempenho Económico               | G4- EC1, G4-EC2, G4- EC3, G4- EC4                      |
|                       | Presença no Mercado                | G4-EC5, G4-EC6                                         |
|                       | Impactos Económicos Indiretos      | G4- EC7, G4- EC8                                       |
|                       | Práticas de Compra                 | G4- EC9                                                |
| Ambiental             | Materiais                          | G4-EN1 e G4-EN2                                        |
|                       | Energia                            | G4-EN3, G4-EN4, G4-EN5, G4-EN6 e G4-EN7                |
|                       | Água                               | G4-EN8, G4-EN9 e G4-EN10                               |
|                       | Biodiversidade                     | G4-EN11, G4-EN12, G4-EN13 e G4-EN14                    |
|                       | Emissões                           | G4-EN15, G4-EN16, G4-EN17, G4-EN18, G4- EN20, G4-EN21, |
|                       | Afluentes e Resíduos               | G4-EN22, G4-EN23, G4-EN24, G4-EN25 e G4-EN26           |
|                       | Produtos e Serviços                | G4-EN27 e G4-EN28                                      |
|                       | Conformidade                       | G4-EN29                                                |
|                       | Transporte                         | G4-EN30                                                |
|                       | Geral                              | G4-EN31                                                |
|                       | Avaliação Ambiente de fornecedores | G4-EN32, G4-EN33                                       |

|        |                   |                                                                      |                                 |
|--------|-------------------|----------------------------------------------------------------------|---------------------------------|
|        |                   | Mecanismos de Queixas e Reclamações Relativas a Impactos Ambientais  | G4-EN34                         |
| Social | Práticas Laborais | Emprego                                                              | G4-LA1, G4-LA2 e G4- LA3        |
|        |                   | Relações Laborais                                                    | G4-LA4                          |
|        |                   | Saúde e Segurança no trabalho                                        | G4-LA5, G4-LA6, GA-LA7 e G4-LA8 |
|        |                   | Formação e Educação                                                  | G4-LA9, G4- LA10 e G4-LA11      |
|        |                   | Igualdade de Oportunidades                                           | G4-LA12                         |
|        |                   | Igualdade Salarial                                                   | G4-LA13                         |
|        |                   | Avaliação de Fornecedores em Práticas Laborais                       | G4-LA14 e G4-LA15               |
|        |                   | Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a práticas laborais | LA16                            |
|        | Direitos Humanos  | Investimento em Direitos Humanos                                     | G4-HR1 e G4- HR2                |
|        |                   | Não Discriminação                                                    | G4-HR3                          |
|        |                   | Liberdade Sindical                                                   | G4-HR4                          |
|        |                   | Trabalho Infantil                                                    | G4-HR5                          |
|        |                   | Trabalho Forçado                                                     | G4-HR6                          |
|        |                   | Práticas de Segurança                                                | G4-HR7                          |
|        |                   | Direitos dos Povos Indígenas                                         | G4-HR8                          |
|        |                   | Avaliação                                                            | G4-HR9                          |

|  |                               |                                                                     |                         |
|--|-------------------------------|---------------------------------------------------------------------|-------------------------|
|  |                               | Avaliação dos Fornecedores em Direitos Humanos                      | G4-HR10 e G4-HR11       |
|  |                               | Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Direitos Humanos | G4-HR12                 |
|  | Comunidades Locais            | Comunidades Locais                                                  | G4-SO1, G4-SO2          |
|  |                               | Combate à corrupção                                                 | G4-SO3, G4-SO4 e G4-SO5 |
|  |                               | Políticas Públicas                                                  | G4-SO6                  |
|  |                               | Concorrência Desleal                                                | G4-SO7                  |
|  |                               | Conformidade                                                        | SO5 ,SO8                |
|  |                               | Avaliação de Fornecedores em Impactos na Sociedade OCDE             | G4-HR9 e G4-HR10        |
|  |                               | Mecanismos de Queixas e Reclamações                                 | G4-HR11                 |
|  | Responsabilidade pelo Produto | Saúde e segurança do Cliente                                        | G4-PR1, G4-PR2          |
|  |                               | Rotulagem de Produtos e Serviços                                    | G4-PR3, G4-PR4, G4-PR5  |
|  |                               | Comunicações de Marketing                                           | G4-PR6, G4-PR7          |
|  |                               | Privacidade do Cliente                                              | G4-PR8                  |
|  |                               | Conformidade                                                        | G4-PR9                  |



| Indicador (GRI Standards 2016) | Aspetos                             | Código do Indicador                              |
|--------------------------------|-------------------------------------|--------------------------------------------------|
| Económico                      | Desempenho Económico                | 201-1, 201-2, 201-3 e 201-4                      |
|                                | Presença no Mercado                 | 202-1 e 202-2                                    |
|                                | Impactos Económicos Indiretos       | 203-1 e 203-2                                    |
|                                | Práticas de Compra                  | 204-1                                            |
|                                | Combate à Corrupção                 | 205-1, 205-2 e 205-3                             |
|                                | Concorrência Desleal                | 206-1                                            |
|                                | Tributos (2019)                     | 207-1, 207-2, 207-3 e 207-4                      |
| Ambiental                      | Materiais                           | 301-1, 301-2 e 301-3                             |
|                                | Energia                             | 302-1, 302-2, 302-3, 302-4 e 302-5               |
|                                | Água e afluentes                    | 303-1, 303-2, 303-3, 304-4 (2018) e 303-5 (2018) |
|                                | Biodiversidade                      | 304-1, 304-2, 304-3 e 304-4                      |
|                                | Emissões                            | 305-1, 305-2, 305-3, 305-4, 305-5, 305-6 e 306-7 |
|                                | Resíduos                            | 306-1, 306-2, 306-3, 306-4 e 306-5               |
|                                | Conformidade Ambiental              | 307-1                                            |
|                                | Avaliação Ambiental de fornecedores | 308-1 e 308-2                                    |

|        |                    |                                          |                                                                                                                  |
|--------|--------------------|------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Social | Práticas Laborais  | Emprego                                  | 401-1, 401-2 e 401-3                                                                                             |
|        |                    | Relações Laborais                        | 402-1                                                                                                            |
|        |                    | Saúde e Segurança no trabalho            | 403-1, 403-2, 403-3, 403-4, 403-5 (2018), 403-6 (2018), 403-7 (2018), 403-8 (2018), 403-9 (2018) e 403-10 (2018) |
|        |                    | Formação e Educação                      | 404-1, 404-2 e 402-3                                                                                             |
|        |                    | Igualdade de Oportunidades               | 405-1 e 405-2                                                                                                    |
|        | Direitos Humanos   | Não discriminação                        | 406-1                                                                                                            |
|        |                    | Liberdade Sindical e negociação coletiva | 407-1                                                                                                            |
|        |                    | Trabalho Infantil                        | 408-1                                                                                                            |
|        |                    | Trabalho Forçado ou análogo ao escravo   | 409-1                                                                                                            |
|        |                    | Práticas de Segurança                    | 410-1                                                                                                            |
|        |                    | Direitos dos Povos Indígenas             | 411-1                                                                                                            |
|        |                    | Avaliação dos Direitos Humanos           | 412-1, 412-2 e 412-3                                                                                             |
|        | Comunidades Locais | Comunidades Locais                       | 413-1 e 413-2                                                                                                    |
|        |                    | Avaliação Social dos Fornecedores        | 414-1 e 414-2                                                                                                    |
|        |                    | Políticas públicas                       | 415-1                                                                                                            |
|        |                    | Saúde e segurança do Cliente             | 416-1 e 416-2                                                                                                    |
|        |                    | Marketing e Rotulagem                    | 417-1, 417-2 e 417-3                                                                                             |

|  |                               |                        |       |
|--|-------------------------------|------------------------|-------|
|  | Responsabilidade pelo Produto | Privacidade do Cliente | 418-1 |
|  |                               | Conformidade           | 419-1 |